autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/05/2018

OBSERVAÇÕES:
- Manifestação fora do microfone

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa noite. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Administração Pública, e o nobre Vereador Mario Covas Neto, membro da Comissão.

Declaro abertos os trabalhos da quarta audiência pública da Comissão de Administração Pública em 2018.

Informo que esta audiência é transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On Line. A íntegra da transmissão desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gob.br, no *link* Audiências Públicas, Registro Escrito.

Esta é a segunda audiência pública do Projeto de Lei 33/2017, de autoria do nobre Vereador Mario Covas Neto, que dispõe sobre medidas para identificação, tratamento e acompanhamento de educandos com dislexia e TDAH na rede municipal de educação e dá outras providências.

O convite foi publicado no dia *Diário Oficial da Cidade* desde 27 de abril, e ainda nos jornais *O Estado de São Paulo*, no dia 7 de maio, e *Folha de São Paulo*, em 9 de maio.

O nobre Vereador Mario Covas Neto foi proponente da audiência pública que tem tratado do assunto junto aos Srs. Vereadores, mas por necessidade, ele mesmo achando que carecia de muita discussão sobre o assunto antes de encaminhar o projeto ao plenário para ser votado, mas ele mesmo ponderou junto à comissão que necessitava de audiência pública para haver inclusive a favor e contra, que ele gostaria que dissecasse bem o assunto antes de o projeto ir para discussão em plenário.

Portanto eu gostaria de passar ao nobre Vereador a presidência desta audiência pública de tanta valia para o parlamento municipal. Então, nobre Vereador, é uma satisfação. Gostaria que V.Exa. assumisse a presidência e tivesse oportunidade de acompanhar de perto o posicionamento dos senhores.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Gostaria de convidar o nobre Vereador Eliseu Gabriel para... E tem muitas entidades, representantes, aqui presentes, então nós ponderamos que nós não vamos convidá-los para a Mesa, mas considerem como se estivessem todos na Mesa. Nós vamos ficar só os vereadores aqui em cima hoje, que é para vocês ficarem mais à vontade. É uma mesa redonda, hoje, esta audiência pública.

Então, Vereador, muito obrigado, e peço licença para participar de outra reunião na Casa.

- Assume a presidência o Sr. Mario Covas Neto.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado, Vereador Gilson Barreto, pela abertura.

O Vereador Eliseu Gabriel, que já se manifestou desde o ano passado a respeito desse tema, tem uma posição já firmada a respeito. Eu havia me comprometido, com ele e com quem me procurou a respeito desse tema, a fazer uma discussão mais ampla. Inclusive recebi representantes do Conselho Regional de Psicologia, há um ano mais ou menos, e até sugeri que eles apresentassem uma alternativa, mas isso acabou não prevalecendo, passado esse tempo todo.

Esse projeto a gente fez depois de ouvir profissionais de vários segmentos, especialmente da área médica e, antes de fazer o texto, submetemos a eles até chegar ao texto final. Propusemos e houve, logo de cara, alguma resistência em relação a isso. Foi quando recebi as pessoas do Conselho Regional de Psicologia, o próprio Vereador Eliseu Gabriel também se colocou contrariamente.

Então eu me comprometi a não levar o texto a votação enquanto a gente não avançar mais a discussão, porque não quero fazer uma legislação que crie problemas. Pelo contrário, o que a gente busca é uma maneira de atender melhor os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade relacionada a um problema dele próprio, não a um problema do professor ou da escola.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Antes de começar, quero dizer que o procedimento de uma audiência pública é a abertura da palavra, por três minutos, a cada interessado. As inscrições estão abertas a todos que quiserem se manifestar. Na hora de falar eu vou tentar selecionar um a favor e um contra, para as várias manifestações possam prevalecer.

Eu soube que tem dois vídeos ou materiais para serem reproduzidos, só que um é muito longo. Tem um de cinco minutos e um de dez minutos. Eu pediria a compreensão de quem tem o mais longo para aceitar apenas a projeção do mais curto.

Dos convidados que confirmaram presença, estão presentes o Dr. Márcio Eduardo Bergamini Vieira, psiquiatra e representante do Secretário Municipal de Saúde Wilson Polara; Dr. Sérgio Tamai, Diretor Científico do Departamento de Psiquiatria da Associação Paulista de Medicina, Conselheiro Fiscal da Associação Brasileira de Psiquiatria; Dra. Ana Luiza Navas, Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, fonoaudióloga, mestrado e doutorado em Psicologia e pós-doutorado em Linguística; Yuri Maia, administrador do portal TDAH Descomplicado; Dra. Maria Ângela Nico, Presidente da ABD, Associação Brasileira de Dislexia, fonoaudióloga; Dr. Luiz Gustavo Simi, psicólogo da Associação Brasileira de Dislexia, fonoaudiologia; Márcia de Freitas Mendes Civitella, Presidente da CRF da 2ª Região; Vera Regina Vitagliano Teixeira, Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares; Maria Rozineti Gonçalves, Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região; Maria Claudia Viana Junqueira, Diretora e Conselheira do Centro Professorado Paulista, representada neste ato pelo Sr. José Maria Cancelliero, Presidente do Centro do Professorado Paulista; Dr. Pedro Alvarenga, psiquiatra Infantil do IPq do Hospital das Clínicas, e Marilena Proença, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.

Há ainda algumas pessoas que confirmaram a presença, mas ainda não se apresentaram: Dra. Sylvia Liana Cartolano Di Grassi, da Associação Brasileira de Dislexia e Dr. Abram Topczewski, da Neuropediatria do Hospital Albert Einstein, membro do Conselho do Conselho do Hospital Albert Einstein, membro do Conselho de Bioética do Hospital Albert

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Einstein, ex-Vice-Presidente da Associação Brasileira de Dislexia.

Também foram convidados, mas não confirmaram a presença: Sr. Alexandre Schneider, Secretário Municipal de Educação; Dr. Persio Ribeiro Gomes de Deus, psiquiatra especialista em Ciência das Religiões; Dr. Rafael Bernadon, Coordenador Adjunto na Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas; Dr. Quirino Cordeiro, Coordenador na Coordenação-Geral de Saúde Mental e Álcool; Dra. Clélia Argolo Estill, Diretora da Associação Nacional de Dislexia do Rio de Janeiro; Dr. Antonio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Latino-Americana de Psiquiatria; Dra. Maria Ângela Nico, Presidente da Associação Brasileira de Dislexia; Dr. Alexandre Pieri, neurologista da Seção de Emergência e Terapia Intensiva do Instituto Dante Pazzanese; Dr. Guilherme Polanczyk, Professor Associado de Psiquiatria da Infância e Adolescência do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP; Dra. Iane Kestelman, Presidente Voluntária da Associação Brasileira de Deficit e Atenção, psicóloga e psicanalista, e Sandra Lia Santilli, pedagoga e psicopedagoga.

Indago incialmente se o Vereador Eliseu Gabriel quer fazer uso da palavra.

O SR. ELISEU GABRIEL – Obrigado, Presidente, mas é importante que as pessoas falem, já que a audiência pública é, principalmente, para se ouvir as pessoas e ver se nós, Vereadores participantes, conseguimos chegar a um acordo, conseguimos uma solução para esse impasse.

Não acredito que estigmatizar uma pessoa como doente, algo discutível, vá resolver o problema da educação. Acho que existem outros caminhos, que é o que temos que discutir aqui.

É só isso, para começar.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – *O.k.* Então, depois, ao final, se V.Exa. quiser, poderá fazer sua explanação.

O SR. ELISEU GABRIEL – Sim, depois de ouvir as pessoas.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Acho desnecessário ler o projeto, pois todos já têm conhecimento do seu teor.

Tem a palavra a Dra. Adriana Watanabe, da Secretaria Municipal de Educação, Coordenadora Pedagógica, para falar contra o projeto.

A SRA. ADRIANA WATANABE – Boa noite a todos do Plenário e aos Exmos. Vereadores. Sou Coordenadora Pedagógica da Rede de Ensino da Prefeitura de São Paulo e já estive aqui, se não me engano, compondo uma Mesa juntamente com o Vereador Eliseu Gabriel na apresentação de uma política pública da Secretaria Municipal de Educação no ano de 2014. À época, eu estava coordenando o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem – NAAPA, na Secretaria Municipal de Educação, atendendo a duas leis de assistência psicológica e assistência psicopedagógica dos nossos estudantes da rede municipal. Nessa época, criamos uma política pública com uma equipe multiprofissional de fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos para fazer o acompanhamento das escolas, das equipes escolares, das equipes gestoras e dos professores para participarem, juntamente à rede de proteção, aos CAPs, aos CRAS, aos CREAs, à nossa rede pública de proteção em atendimento aos estudantes matriculados nas nossas escolas.

Nesse tempo, pudemos acompanhar muitas vidas precarizadas dos nossos estudantes, mas não por simples diagnósticos de TDAH e dislexia, que é como em vários casos que temos dos nossos estudantes, com material publicado no nosso *site*, o Caderno de Debates do NAAPA, volume 1 e principalmente no volume 2, em que há trechos dessas vidas na escola e na vida pessoal desses estudantes e como isso acontece por falta de atendimento da saúde, por falta de profissionais da saúde, por falta de profissionais da assistência social nos CRAS e nos CREAs, que não têm profissionais para acompanhar a vida desses estudantes e formar a rede de proteção social, e por poucos conselheiros tutelares, que também não dão esse apoio.

Com a criação que fizemos do NAAPA – Núcleo de Apoio de Acompanhamento

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

para a Aprendizagem, eram 13 equipes multiprofissionais, mas também eram poucos profissionais, só que nós fomos atendendo os estudantes que não aprendem na escola. O nosso problema não é o diagnóstico, mas precisamos principalmente treinar os nossos professores para fazer a identificação. Isso é contra a lei. O Estatuto do Magistério diz que o nosso ofício é ser professor. Estou no Magistério há 25 anos, sou psicopedagoga, sou psicomotricista, tenho mestrado e mestrado na educação; meu doutorado é em Políticas Públicas de Alfabetização da Rede Municipal, no qual investiguei as políticas de 1964 a 2014. Vios documentos publicados de dislexia, de acompanhamento dos alunos com dislexia usarem os nossos documentos. O PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa foi um deles. Vi trechos do capítulo 3 desse documento, que trabalha a consciência fonológica.

Então, nós formamos os nossos professores para fazer esse trabalho com os nossos estudantes e não precisamos de diagnóstico de dislexia. Fico muito nervosa porque é tamanha afronta frente a todo o trabalho que a rede municipal vem fazendo. Trabalhei como formadora de professores alfabetizadores e de coordenadores há muitos anos, e a solução não são esses diagnósticos. Ao contrário, porque assim só vamos rotular e estigmatizar esses nossos estudantes.

Trabalhei na sala de apoio pedagógico dando formação para os professores que recebiam os estudantes com dificuldades de aprendizagem. Trabalhei com esses professores durante 8 anos, muitos com diagnósticos. Agora, o que acontecia dentro da escola? Esses estudantes eram marginalizados, porque tínhamos um espaço dentro da escola que estigmatizava esses estudantes. Se é o espaço terapêutico, não é dentro da escola, é nessa rede de parceria, na rede de proteção: na UBS, no CAPs, no CRAS, no CREAs, outras universidades parceiras.

Não estamos negando a parceria. O que não queremos é treinar nossos professores e tirá-los do ofício, que é ser professor. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra, o Dr. Pedro Alvarenga,

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

da Universidade de São Paulo.

O SR. PEDRO ALVARENGA – Boa noite. Fui convidado para vir aqui pelo Quirino Cordeiro, que está atuando no Ministério da Saúde. Como professor universitário, quero dizer que gostei muito da proposta, que vai ao encontro do que está sendo feito no mundo ocidental desenvolvido. A ideia não é estigmatizar; a ideia são diagnósticos realmente com forte componente heredobiológico, com alterações de neuroimagem, com alterações genéticas, que, obviamente, têm influências de situações socioambientais, mas são sim diagnósticos.

Se acompanharmos essas crianças, uma vez que elas cronificam sem o atendimento necessário, veremos que em nosso meio praticamente 75% a 85% das crianças não recebem esse diagnóstico e por consequência não recebem um tratamento correto e por isso elas evoluem com repetência escolar, com evasão escolar, depois com marginalização. Então, não é o diagnóstico que vai estigmatizar, mas o não diagnóstico, pois será uma criança alijada da sociedade, alijada do conhecimento, alijada de uma profissão, na qual ela poderia ter mais representatividade e exercer mais plenamente seu ofício.

Contando as coisas que temos para combater esses diagnósticos, que são muito graves, temos: atenção psicossocial, atendimento comportamental ou cognitivo, exercícios físicos, exercícios de jogos de computador, ômega 3 e outras vitaminas, os estudos sérios – não aqueles com agendas e com propósitos que já conhecemos – estão mostrando que um medicamento relativamente barato e seguro, que tem de ser prescrito por um médico, é muito superior a qualquer outro tratamento. Então, é um remédio que muda a vida de uma criança. Se vocês atendessem com frequência crianças, como eu atendo, veriam a felicidade das crianças e dos pais. Claro que nem todas respondem, mas 75% aproximadamente dessas crianças respondem a esse medicamento, e não precisa ser um medicamento mais caro, de meia vida mais longa, mas sim a Ritalina, que é disponível no SUS. Essas crianças melhoram a capacidade cognitiva e têm uma chance de inserção.

Então, não há como caminharmos na contramão, caminharmos no obscurantismo e

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

deixarmos de ver gente séria, que realmente estuda muito, como nos institutos europeus, na Academia Americana de Psiquiatria. Temos de facilita a desburocratização desse atendimento médico e promover o treinamento e a capacitação de reconhecimento, pois nenhum professor vai medicar aluno nenhum, vai ajudar a reconhecer sintomas. Há um estudo grande do Instituto Nacional de Psiquiatria do Desenvolvimento, que é feito em parceria com o Rio Grande do Sul, que mostra que 15% aproximadamente das crianças recebem diagnóstico; as outras todas estão aí, evadindo da escola, usando drogas, caindo em criminalidade *etc*..

Por tudo isso, acho a proposta muito interessante e que pode ser conversada. Ela vai ser ética e vai de acordo com o que está sendo feito em todo país sério no mundo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Beatriz de Paula Souza, do Fórum sobre Medicalização e do Instituto de Psicologia da USP.

A SRA. BEATRIZ DE PAULA SOUZA – Boa noite, nobre Vereador. Faz tempo estou nessa luta. Trabalho no Instituto de Psicologia da USP, sou psicóloga. Coordeno um serviço de atendimento psicológico a pessoas, porque temos até adultos hoje em dia e muitos universitários. Trata-se de uma demanda que tem crescido ultimamente, de pessoas que estão passando por dificuldades na sua vida escolar. O que me trouxe à Câmara Municipal frequentemente, desde 2009, foram exatamente projetos de lei quase iguais ao do senhor, porque desde 2009 vem sendo propostos muito similares. Não sei se o senhor tem conhecimento disso.

O primeiro projeto de que tive conhecimento foi o do Vereador Juscelino Gadelha, que era só sobre dislexia. Daí, acabamos descobrimento que havia outros que eram sobre TDAH e que havia uma miríade de projetos na mesma linha. Percebemos que não havia uma discussão aqui na Câmara Municipal sobre esses diagnósticos que são tão polêmicos.

O colega que me antecedeu obviamente deve saber que mesmo dentro das Ciências Médicas existe uma grande polêmica a respeito. Não é uma verdade estabelecida.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Não é, por exemplo, como a tuberculose, cuja existência ninguém discute. Discute-se na Ciência a existência, sim, de dislexia e TDAH. Não vou entrar nessa polêmica, mas é preciso que todos saibam que não podemos fazer uma legislação em torno de transtornos cuja própria existência não é consensual dentro do meio científico.

Promovemos seminários. Outros PLs vieram. Vivo na Câmara Municipal porque a toda hora aparece um projeto de lei na mesma linha. Eu nunca havia visto um que juntava os dois problemas, normalmente ou é de dislexia ou é de TDAH porque alguém de alguma de alguma associação de dislexia ou associação de TDAH veio pedir ao Vereador para fazer um projeto de lei.

O projeto de lei do Vereador Juscelino foi trazido à tona novamente pelo Vereador Floriano Pesaro, que teve uma postura muito democrática e chamou as partes interessadas para discutir. Tivemos um processo de discussões conjuntas, e a que chegamos? Que, diante da implantação dos NAAPAs – assunto também trazido à tona pela Adriana, que me antecedeu -, não fazia sentido ter esses projetos específicos. Senão, já pensaram o que vai virar a escola se tivermos uma equipe especializada para cada um dos supostos transtornos e outras doenças que não têm contestação? É preciso que haja equipes que sejam generalistas.

A Casa precisa recuperar a sua memória. Todos esses projetos não passaram, e a Comissão de Saúde instaurou uma Subcomissão para discutir medicalização. Fizeram um processo e produziram um dossiê, que passo às mãos de V.Exa., Vereador, e peço que seja apensado ao processo desse PL. Houve uma série de discussões de grande qualidade, que aconteceram, promovidas por essa subcomissão, produziu um material maravilhoso. Foram discussões feitas de novembro de 2015 a junho de 2016. É material da Câmara, é alguma coisa que pode ser disponibilizada para todos os presentes. Eu queria dizer quer na biblioteca da Câmara, existe um livro chamado, que foi o primeiro livro escrito pelo Fórum que se chama *Medicalização de crianças e adolescentes.* Então, passo às suas mãos e encerro.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Renata Brantes

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Tater, coordenadora pedagógica da rede municipal de ensino, também para falar contra.

A SRA. RENATA BRANTES TATER – Boa noite. Sou professora no município de São Paulo, atualmente, estou como coordenadora pedagógica de uma escola de educação infantil. Sou psicóloga também, trabalhei no Napa em 2014 para pensar a implementação dessa política pública nos territórios, junto com a Adriana Watanabe.

Esse tipo de projeto de lei que são diversos que vão tramitando por aí, só vão mudando, a gente vai vetando e eles vão tomando outro corpo, ele vai contra a política pública do Naapa e contra toda a legislação da educação. No Naapa a gente já tem esses profissionais, já tem um trabalho feito desde 2014, para pensar o trabalho desses profissionais dentro das escolas, junto com os educadores, então, a agente não precisa de um projeto de lei que vai nos ajudar, nós educadores e nós não queremos isso a diagnosticar os estudantes da escola. Isso pouco fortalece o nosso acompanhamento pedagógico que é feito diariamente com esses estudantes. É isso que a gente precisa. Precisamos de apoio para acompanhamento pedagógico e a política da Secretaria Municipal de Educação já tem isso implantado no município. A gente já tem apoio. Não precisamos de apoio de outros profissionais, o que agente precisa é o apoio das políticas públicas, dentro do SUS, dos Cras, dos Creas, das Secretarias de Assistência, de saúde, enfim, é desse apoio que precisamos e foi esse apoio que foi pensado desde 2004, que vai ao encontro de todas as políticas públicas do município de São Paulo e não o contrário.

O Sr. Vereador disse que essa legislação foi criada conversando com os médicos. Acho que com os médicos. Uma legislação que é pensada para educador...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Desculpe, deixa eu interromper você para dizer uma coisa: essa audiência pública é para escutar todo mundo,

A SRA. RENATA BRANTES TATER – Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Não acabou eu só estou contestando...desculpe interromper.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

A SRA. RENATA BRANTES TATER – É que o senhor falou isso no começo, que foi um projeto de lei pensado junto com os médicos e eu estou dizendo que nós educadores, que quem está lá na escola diariamente, somos capazes também de pensar o que queremos para os nossos estudantes e para as nossas escolas. Foi nesse sentido.

Enfim, eu fico bastante nervosa falando sobre esse assunto porque também estou nessa luta há bastante tempo. É um projeto de lei bem antigo, desde 2006, e que vai só tentando ser modificado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Não é um projeto desde 2006. Eu não tenho nenhuma referencia de projetos anteriores. Eu tenho o meu mantado e estou fazendo em favor do mandato que me foi concedido por uma parcela da população. Faço isso porque acredito que este seja o caminho. Aliás, eu quero dizer que se esse assunto volta toda hora é porque ele não está resolvido.

Pode ser que o caminho para a solução não seja esse, mas não está resolvido, eu não tenho nenhum base anterior para fazer isso. A minha base não foi de gente com dislexia, foi de gente que tem problemas em função disso e que viu a sua vida melhorada a partir do momento que foi diagnosticado e medicado. Foi essa a minha inspiração. Agora, eu percebo que tem problemas, ok. Vamos ver se diante dos problemas a gente pode achar uma solução porque ninguém aqui nega que há crianças com algum tipo de problema. Ou não? Temos problemas, mas são só 5%, 3% de problemas. E a gente faz o quê? Ignoramos esses 3%, 5%? Acho que a gente tem que encontrar um caminho. Essa audiência pública o que busca são soluções. O projeto está aqui, o interesse deste Vereador e da Câmara Municipal é procurar caminhos para encontrar as soluções. Sabemos o que vocês não querem, agora, qual o caminho? É deixar do jeito que está? Se deixar do jeito que está, isso daqui vai voltar sempre porque a solução ainda não aconteceu. Vamos ver qual é o caminho. É esse o sentido dessa reunião.

Tem a palavra o Sr. Iuri Maia, adulto com TDH, administrador do portal TDH

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Descomplicado. Vai falar a favor.

O SR. IURI MAIA – Boa noite a todos. Meu nome é Iuri Maia, como ele falou, sou administrador do portal TDH Descomplicado, infelizmente, temos muito pouco tempo para falar aqui, vou tentar falar algumas coisas mais relevantes. O que eu gostaria de deixar claro, antes de tudo, porque como eu vou falar picado, vai parecer picado. Então, vou dar meu parecer final sobre isso daqui.

Eu entendo que muitos de vocês estão muito focados na questão da medicalização e eu estou focado na questão prática. Eu entendo que é o fato de outras pessoas que falaram como está sendo feita essa condução dentro de sala de aula e como isso vai interferir na vida dos professores e dos pedagogos. Isso também é importante verificar. Agora, eu acho um erro a gente querer vetar um projeto porque ele não se adequa ao nosso modo de pensar parcialmente ou totalmente. O que ocorre é: eu já experimentei algumas medicações, algumas deram certo comigo, outras não, mas eu busco soluções diariamente para contornar TDH e eu sei o inferno que é viver com TDH.

Vou tentar falar algumas coisas picadas aqui a começar eu li o relatório do Conselho Regional de Psicologia, vou tentar pontuar em um minuto e meio. Fala muito sobre escolarização, que a questão do TDH não resolve o problema da escolarização, de fato não, mas acho que o foco não seria esse. O TDH assim como outros transtornos traz problemas para a pessoa em diversas frentes, assim como social, profissional, de relacionamentos afetivos e conjugais. Esses problemas na grande maioria dos casos, perduram durante a vida inteira. Meu caso. Ao reduzir o TDH a um problema de escolarização é fechar os olhos para a gravidade e complexidade dos seus sintomas. E pela dor e sofrimento que ele causa ao indivíduo com TDH e sua família.

Essa criança TDH hoje que está sendo discutida vai virar um adulto depois, mas vai virar um adulto que teve um bom acompanhamento durante a sua infância e vai ter uma fase adulta com uma boa autoestima, ou vai ser uma criança que como eu, em 1989, 90 não tinha

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

internet, não tinha informação, que apanhava da mãe todo dia porque não conseguia começar a fazer o dever de casa. Porque é que todo mundo conseguia e eu não conseguia?

No mínimo eu vou me achar um pouquinho mais burro do que os outros para não dizer coisa pior. E aí essa criança se não for bem orientada, minha mãe gastou uma nota preta com professores particulares, com acompanhamento e aquela criança que mora numa situação de vulnerabilidade, que não tem acesso a esse tipo de coisa? E o estado não vai ajudar porque algumas pessoas querem vetar uma lei? E essa criança faz o quê?

O TDAH leva a *deficit* sociais, afetivos, emocionais, coletivos e, inclusive, acadêmicos. Ou seja, problemas acadêmicos são uma pequena parte da questão. É preciso ver com amplitude. O transtorno faz com que a criança, desde cedo, sinta-se excluída, naturalmente, do seu meio, criticada por colegas, professores e, até mesmo, pela família. Desde cedo, tem uma visão negativa de si e tem sua autoestima e sua autoimagem diariamente surradas – e eu falo por mim – já nos primeiros anos da sua vida. A coleção de insucessos também não está restrita apenas ao ambiente escolar, mas na comparação entre irmãos e colegas, tanto na infância quanto na fase adulta.

Independentemente de a lei precisar ser ajustada ou não, a criança com TDAH, quando recebe acolhimento e tratamento adequado, bem como acesso a uma escola treinada e disposta a lidar com suas dificuldades, consegue se desenvolver muito bem. Em muitos casos, rapidamente pode deixar de ser um aluno mediano, com notas baixas, para ser um aluno com notas acima da média – ou até mais. Também é o meu caso. Privar essas crianças do tratamento adequado – principalmente, como já falei, aquelas em estado de vulnerabilidade, que não poderão arcar com tratamentos onerosos – é condená-las a uma vida de frustrações permanentes, sofrimento, exclusão, baixa autoestima e visão negativa de si.

Gostaria de ponderar sobre mais um ponto. O parecer do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, a que eu tive acesso, também pondera que as dificuldades dos alunos são genericamente classificadas como “doenças estigmatizantes”. Nós temos que

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

lidar com duas frentes, aqui. Se você tem um diagnóstico adequado, não é uma doença estigmatizante. Eu vou explicar no próximo parágrafo.

Se você tem um diagnóstico inadequado, então deve se corrigir a adequação do diagnóstico. Ponto! A criança que tem o TDAH corretamente diagnosticado existe e não deve ser esquecida porque existem problemas de diagnóstico. Problemas de diagnóstico há em qualquer lugar. Meu avô teve um diagnóstico equivocado de câncer.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Peço que conclua, por favor.

O SR. IURI MAIA – Vou concluir.

São disfunções reais, que precisam ser compensadas em conjunto com o aperfeiçoamento do ensino – o que também é citado no parecer. É importante realizar um adendo, neste momento: o termo “estigmatizar”, utilizado pelo Conselho para alunos com transtorno de aprendizagem, reforça o comportamento psicofóbico que, há muitos anos, está presente em nossa sociedade. Nenhum deficiente visual esconde seus óculos para evitar ser estigmatizado, bem como o cadeirante não esconde seu meio de locomoção. Pessoas com TDAH e dislexia sofrem diariamente e precisam ser respeitadas, sem a necessidade de esconder suas dificuldades ou fingir que está tudo bem. Não está.

Estigmatizar é justamente o contrário: é negar a existência desses transtornos e suas necessidades de intervenção adequadas, avaliadas caso a caso. Inclusão é reconhecer e respeitar o diagnóstico do outro. Não há motivo algum para negar, esconder ou fazer pouco caso dos sintomas de TDAH e demais transtornos de aprendizagem.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Eu peço que, se puder, deixe esses documentos aqui. Tanto esse inicial como o seu estarão à disposição das pessoas que os quiserem, aqui, depois, para que se tirem cópias ou alguma coisa assim.

O SR. IURI MAIA – Eu concluí, então. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado, Sr. Iuri, pela compreensão.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Anuncio, aqui, a presença do nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy e passo a palavra para a Sra. Maria Cláudia Junqueira, que é diretora do Centro do Professorado Paulista, para se manifestar contrariamente.

A SRA. MARIA CLÁUDIA DE ALMEIDA VIANA JUNQUEIRA – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador Mario Covas Neto.

Eu fui professora, diretora de escola e supervisora de ensino. Hoje, aposentada, continuo na ativa. Sou professora e trabalho com professores. No Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, represento o Centro do Professorado Paulista, entidade que congrega mais de 120 mil profissionais da Educação. Represento, também, a minha entidade no Fórum Municipal de Educação. No CPP sou diretora, conselheira e coordenadora do encontro, que acontece em todo o Estado, dos mais de mil professores representantes de escolas.

Discutimos com esses professores o PL 3 e vou falar, aqui, deste lugar, do lugar da conversa, da discussão com esses professores representantes de escolas. E o que eles falaram, de pronto? Ficaram chocados com a ausência da voz do professor e disseram: “Se nós, professores, tivéssemos sido escutados, nós diríamos prontamente que nós queremos ser professores – e não psicólogos, médicos, enfermeiros, e por aí vai.” (Palmas)

O professor diria que não quer mais a sobreposição ou a alteração de projetos a cada governo. Em vez disso, ele quer o fortalecimento dos programas já existentes, voltados para todas as questões de inclusão. O professor não quer rotular o estudante na matrícula, antes mesmo de ele pisar o chão da sala de aula, porque não quer infringir a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não quer responder por essa ação junto aos pais e à comunidade escolar.

Ele quer capacitação, mas voltada para o exercício do seu ofício, para, cada vez mais, se apropriar dos aspectos que compõem o processo de ensino e de aprendizagem. Quer que os estudantes se apropriem do conhecimento porque adoram o espaço escolar, o espaço

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

da sala de aula, e porque os seus professores, capacitados para exercer o seu ofício, trabalham com conteúdos significativos, aqueles que consideram as condições de vida do estudante, suas aspirações, o seu desejo de ter uma vida melhor em um mundo melhor, que não estigmatize, mas que inclua.

O professor quer reverter os dados das avaliações nacionais e internacionais e colocar o Município de São Paulo no mesmo patamar dos países que ocupam os primeiros lugares nessas avaliações – como a Finlândia, onde o educador é capacitado continuamente para desempenhar o seu ofício cada vez melhor.

Ele quer o fortalecimento da rede pública de apoio, Educação, Saúde, assistência. Ele quer o cumprimento, na sua totalidade, dos planos de Educação discutidos e aprovados pelo Poder Público, pela sociedade civil, entidades e organizações sociais nas conferências do Município, do Estado e da Nação.

O professor quer uma escola maravilhosa, que tenha biblioteca, espaços para oficinas, espaços para discutir, juntamente com os alunos, os seus problemas e os seus anseios, espaço para os alunos estudarem no contraturno, após o horário da aula.

O professor quer ser professor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Anna Cecília K. de Magalhães Couto. O “k” é porque eu não consegui. Acho que eu não ia falar direito, aqui. Então, desculpe-me.

A SRA. ANNA CECÍLIA KOEBCKE DE MAGALHÃES COUTO SIMÕES – O “k” é de Koebcke.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Viu?

Vai se manifestar contra. É supervisora escolar da DRE do Butantã.

A SRA. ANA CECÍLIA K. DE MAGALHÃES COUTO - Boa noite a todos, a Mesa, na verdade, o meu lugar de fala é o lugar de uma militante na educação, que acabou de completar 40 anos de exercício do Magistério Público Municipal, sendo 23 anos cumpridos no

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Rio de Janeiro e o restante em São Paulo. Sempre ligada à instância pública, universidade pública e políticas públicas de uma forma geral. Meu mestrado é em política e administração educacional e o doutorado investigando a educação integral.

Eu gostaria de levantar o problema desse projeto de lei na perspectiva desse lugar de fala de uma militante na educação, de muitos anos de magistério e também de uma militante de políticas públicas. Na perspectiva de políticas públicas consequentes com um trabalho que reputamos como essencial. E, nobre Vereador, há perspectiva de um trabalho conjugado, conectado. E quando buscamos a perspectiva de um atendimento, que seja plural, de qualidade social, que é pelo qual advogamos. Na perspectiva do que entendemos que seja defesa de uma política de direitos, entrecruzada com uma política de cuidados. Mas a política de direitos intercruzada com uma política de cuidados precisa confirmar e cada vez mais fortalecer as diferentes instâncias de exercício. E o trabalho escolar há de ser uma instância absolutamente fundamental dessa constituição.

Nesse sentido, o que defendemos é que haja uma intersetoralidade, uma intersecretaridade, uma rede de proteção social que dê conta de um trabalho que seja de acordo coletivo e de fortalecimento coletivo. A perspectiva, por exemplo, de uma educação integral, companheiros que defenderam a favor desse projeto de lei e que absolutamente respeito a posição, mas discordo profundamente do alto da minha experiência e do alto das minhas pesquisas de campo, porque sou uma pessoa do chão da escola. Milito hoje, apesar de aposentada, assim como a companheira Claudia, milito hoje na Escola Municipal Desembargador Amorim Lima. Convido a todos a irem ver o que é uma escola de educação integral. Milito e fui uma das fundadoras do projeto CEU em São Paulo, a convite por ter trabalhado em todo o programa do CIEPs no Rio de Janeiro, com Darci Ribeiro e Brizola. E vejam, educação integral responde a essas questões e junto com uma rede de proteção eficiente e eficaz. Uma rede plena, uma rede de assistência plena, uma rede de educação plena, os seus professores colocados em seus lugares, concursados, os supervisores

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

escolares concursados, atendendo as crianças de forma conectada, conjunta e coletiva. Esse é o melhor jeito de fazer atendimento. Não é absolutamente, desculpa companheiro, falando de Ritalina, não estou falando só na perspectiva das pesquisas baseadas em educação.

A nossa querida professora doutora Ana Cecília Sucupira, que é médica, presidente e diretora por muito tempo do hospital pediátrico do HU, do Hospital das Clínicas. A Professora Ana Cecília Sucupira acabou de publicar um trabalho incrível, científico, pesquisa qualitativa cruzada com pesquisa quantitativa, feita na cidade de Sobral, no Ceará. E ela refuta do alto da sua formação em medicina os diagnósticos das tais disfunções cerebrais mínimas. Essas disfunções e essas doenças, esses transtornos que até hoje estão problematizados pela medicina.

Eu vou terminar, trazendo para a nossa roda de debates, na verdade louvo a perspectiva da audiência pública sem ela imagino, que seria capaz de compor esse olhar mais profundo, trago o olhar de Eduardo Galiano, na sua função da arte, no livro dos abraços. É um livro incrível em que o Eduardo Galiano conta um interlúdio entre um filho Diego e seu pai Santiago Kovadlov. O Diego não conhecia o mar, pediu que seu pai o levasse ao mar e eles moravam muito longe, não conseguiam ir ao mar. O pai, Santiago Kovadlov resolveu levar o Diego ao mar um dia. Sobe duna, desce duna, eles chegaram em frente ao mar e quando chegam lá, o Diego, mudo de beleza, de tanto fulgor que o mar representava, ele diz ao pai: pai, me ajuda a olhar.

Eu acho que precisamos, nos ajudar a olhar. (palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Próxima, Ana Luiza Navas, Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, que é a favor, com modificação.

A SRA. ANA LUIZA NAVAS – Boa noite a todos, Vereadores da Mesa, caros colegas, coloquei a favor com ressalvas e modificações porque falo da minha pessoa como pesquisadora, professora, como docente universitária com uma carreira na área do aprendizado da leitura, do processamento de leitura e fiz essa formação buscando

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

conhecimentos tanto na psicologia, na linguística e na fonoaudiologia, que é a minha área de atuação.

Vou dizer que sou a favor porque apoio todas as iniciativas que possam garantir o apoio que essas crianças que têm alterações, que são incontestáveis, precisam na escola. Não estou falando daquelas que não se alfabetizam. Sou absolutamente a favor dos professores, estou do lado dos professores, são eles que estão na sala de aula e que alfabetizam essas crianças. A minha de interesse é essa, atuo com professores também na alfabetização não só de crianças, mas de adultos.

Não contesto essa vertente, no entanto, algumas crianças têm dificuldade de fato na escola, mesmo depois de alfabetizadas, mesmo depois de terem todo apoio necessário. É por essas crianças e por uma briga por política pública que inclua esse apoio mais especializado na escola. Não por médicos, não por fonoaudiólogos, não por psicopedagogos, nem psicopedagogos, mas pelos professores, que saiba o que uma criança com TDH ou deslexia precisa para que ela possa aprender. É uma questão de acessibilidade, de ter acesso à informação, de poder num sistema de educação que na sua maioria oferta o ensino pela escrita e leitura para uma criança que não lê na mesma velocidade que os outros, não escreve na mesma velocidade que os outros e fica com isso para trás.

Então, brigo pelo apoio na escola, que esses professores tenham esse conhecimento e a formação para que esses mesmos professores possam ajudar que esse processo de escolarização seja menos sofrido por essas que realmente precisam desse apoio.

Digo que apoio o projeto com ressalvas porque no projeto não é claro e acho que isso é um problema e por isso gera tanta discussão. Não é claro o que é da Saúde e o que é da Educação. Isso precisa ficar claro. Não é obrigação de o professor diagnosticar. O professor não tem que diagnosticar. Não tem que fazer nenhum tratamento na escola.

A Saúde ajuda, como falaram alguns que me precederam, fazendo o diagnóstico pelo SUS, pelo fortalecimento de uma política que faça esse diagnóstico correto, o número de

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

diagnósticos não sejam exagerados. E, portanto, essas crianças que necessitam desse apoio, assim como acontece no mundo inteiro, sejam incluídas nas políticas públicas de inclusão. E que sejam atendidas nas suas necessidades na diversidade de aprendizagem em sala de aula. Por isso digo que sou a favor do projeto, da discussão, mas com várias ressalvas no texto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. O Vereador Eduardo Suplicy precisa sair, então dará uma rápida palavra e depois continuamos com os inscritos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Caros Vereadores Mario Covas e Eliseu Gabriel, quero cumprimentar a Comissão de Administração Pública por realizar esta audiência sobre um projeto muito sério da parte do Vereador Mario Covas Neto, mas percebo e, inclusive, recebi a visita de diversas representantes de entidades preocupadas com o projeto.

Vejo que o debate está se dando em alto nível de muito respeito, tenho compromisso, já estou atrasado, mas quero ler as ponderações de todas vocês, 30 pessoas que estão falando a favor e contra. E continuarei a dialogar com todas vocês que me visitaram no gabinete.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O Vereador Eduardo Suplicy é onipresente, tenta se virar para estar em todos os lugares onde é chamado, enfim, e tem sempre uma palavra de procurar de alguma forma compor e ajudar a chegar a uma solução. O que é muito bom e o agradeço, Senador.

Tem a palavra, para discutir contra, a Sra. Ariadne Benetom de Campos, Delegada da Conferência Nacional de Saúde, e da UBS do Butantã.

A SRA. ARIADNE BENETOM DE CAMPOS – Interessante, a gente vem com um discurso para tentar pontuar alguns blocos, mas depois acabamos ouvindo dos colegas e vemos que precisamos fazer esta ou aquela pontuação.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Então resolvi fazer um trajeto da minha formação enquanto profissional, psicóloga na Unidade Básica de Saúde do SUS. É atendimento puro, pleno, não tenho consultório particular. O que posso contribuir e acho que é o ponto principal enquanto especialista clínica, fiz três anos de especialização em psicodinâmica para entender o sofrimento de todas as idades.

Pegando por essa linha, o que acontece? Acho que os problemas de aprender, ler e escrever são os mesmos desde 30 anos atrás quando comecei a me formar. Estou agora para me aposentar, mas passei por um processo muito interessante na minha formação, saí com formação clínica na minha faculdade para entender os sofrimentos como nascendo do indivíduo, como sendo intrapsíquicos.

Quando entrei no SUS comecei a participar das conferências de Saúde, de discussões sobre os direitos humanos e vi que precisava entender melhor o que era essa tal integralidade. E nessa integralidade comecei a perceber também que há outras demandas que levam ao adoecer do indivíduo.

Percorrendo isso na questão da integralidade começamos a ver que as más condições, desemprego ou situações de vulnerabilidade. Ou mesmo pessoas que tenham uma classe mais vantajosa, mas que não podem acompanhar seus filhos no dia a dia, então começa a entrar num déficit de privação de afeto em que essa criança vai tentar se formar sozinha na vida.

Então dessa dificuldade psíquica começou a aparecer também a questão de quais são os problemas relacionais na família e institucionais na escola que também contribuíam para que a criança ficasse defasada na questão da aquisição da linguagem.

Fui então mudando de paradigma e acompanhando isso. Começamos a ter trabalhos e ações interdisciplinares, tentando sair do modelo de que a doença nasce do indivíduo, acabamos culpando a criança como sendo ela, um gene para tal transtorno e fomos crescendo em outros paradigmas.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Meu depoimento e testemunho são de que é difícil. Já no tempo das classes especiais já recebia crianças para encaminhar para classe especial. Precisei me aproximar muito do escolar e é difícil o diálogo. Estamos defendendo a mesma coisa, mas assim: você mais atrapalha do que ajuda Ariadne.

Entendendo isso percebi que os atendimentos não necessariamente eu conseguia fazer a resolutividade, os reencaminhamentos, as intervenções, através de apontar as dificuldades no relacional. Qual a dificuldade que os pais têm com a criança e na escola também de tentar conversar com os professores e ampliar, tirar da questão da resposta individual que é relacional.

Então conseguindo atingir que a criança se reencontrasse no seu caminho pleno da integralidade sem precisar constatar um exercício de fechar um diagnóstico, de rotular e transformá-la em um rótulo, de tirar todo seu desenvolvimento pleno enquanto cidadão com o rótulo do disléxico, do TDAH para sempre.

Fechando, o que estou colocando é que existe, há 30 anos o canal era esse: vamos medicalizar. Falo medicalizar, mas na minha época era medicar porque estava correto. Hoje falo medicalizar porque já há outros caminhos e não precisa ser esse o diagnóstico.

E realmente, voltar a falar em Ritalina é um retrocesso porque temos um estudo de crianças que Passaram a usar drogas depois que deixaram de usar e, principalmente também, por causa do componente da Ritalina, da cocaína.

Eu também pesquiso um pouco sobre física quântica e um pouquinho mais, eu faço prática de integrativas para ampliar um pouquinho a minha consciência além do meu ser mundano e aí chegam umas coisas às minhas mãos. Recentemente, recebi um paciente de 21 anos, ele foi medicalizado com Ritalina aos cinco. Ele fala: “eu não uso outras drogas”, eu moo a Ritalina e cheiro. Então, porque essas coisas vêm até mim? Então, vamos trabalhar isso. A discussão é muito séria, por isso que veio a tal da portaria para tentar regularizar a questão das prescrições do metilfenidato.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Ângela Mico, da Associação Brasileira de Dislexia para falar à favor.

Antes da intervenção, quero dizer que hoje está tendo uma audiência pública de apresentação da proposta atual para o Hospital Sorocabana e nessa audiência que está sendo realizada exatamente no mesmo horário estão presentes o Secretário de Saúde Wilson Pollara e também o Vereador Paulo Frange, que é o proponente, e por isso ambos que gostariam de estar aqui não podem estar presentes. Então, está justificada a ausência.

A SRA. ÂNGELA MICO – Boa noite, agradeço à Mesa. Boa noite a todos.

Eu sou da Associação Brasileira de Dislexia que já existe há 35 anos. Estou lá há 30 anos, sou Fonoaudióloga e Psicopedagoga Clínica. O nosso serviço é avaliação e intervenção, mas quero deixar bem claro que a dislexia é uma dificuldade específica de leitura escrita e metade da população que nos procura sempre com ênfase em dificuldade em leitura e escrita não é disléxico e os que o são também precisam do apoio de todo mundo.

A gente recebe criança desde antes da pré-escola porque como ela é genética e hereditária alguns pais que são disléxicos já levam os filhos pequenos. Então seria uma criança de risco. A gente não pode falar em dislexia antes do processo de alfabetização, mas a criança já vai ser ajudada na escola com uma intervenção que normalmente é pela fonoaudióloga.

Na associação a gente recebe crianças tanto de escola pública como particular e, como eu falei, desde pré-escola até 70, 80 anos que são pessoas que falam: “Não quero morrer sem saber o que eu tenho. Tive dificuldade desde o meu processo de alfabetização.” E esse disléxico que chega adolescente e adulto, eles chegam emocionalmente acabados porque são inteligentes, eles não entendem o que está acontecendo com eles. Então a importância desse diagnóstico feito por uma equipe multidisciplinar onde entra médico, fonoaudiólogo, psicopedagogo, neuropsicólogo é muito importante.

Então é isso.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) - Muito obrigado.

Próximo inscrito, Marilene Proença, que é Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar, para falar contra.

A SRA. MARILENE PROENÇA - Boa noite, Vereador Mario Covas Neto, Vereador Eliseu Gabriel e todos os presentes. Eu venho na condição de Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, que é uma associação que conta hoje em torno de 2.500 psicólogos escolares em todo Brasil e que tem, anualmente, se reunido e pesquisado as questões da educação.

Então, eu estou também desde 75 como docente, fui docente da rede pública e atualmente estou como docente da Universidade de São Paulo desde 88, professora do Instituto de Psicologia e pesquisadora da área de psicologia da área educacional.

Então essa discussão que o projeto de lei desencadeia a partir dessa proposição do Vereador, para nós, evidentemente, é um tema muito caro. Quer dizer pensar a Educação, a escola pública, a rede pública, pensar quais são as melhores formas que o Poder Público pode construir para que essa Educação tenha uma qualidade que ainda não atingiu, e que nós todos lutamos, como vários aqui ocuparam o microfone e puderam dar os seus depoimentos.

Mas a linha de reflexão que eu gostaria de trazer para o Vereador é no sentido de que esse projeto de lei, na verdade, do nosso ponto de vista, está prejudicado porque nós já temos na cidade de São Paulo dois projetos de lei que foram aprovados em 2014, que foram regulamentados também em 2014 e que criam serviços importantíssimos na cidade de São Paulo, um que é um serviço de atendimento psico-pedagógico e outro que é um serviço de atendimento psicológico.

Esses dois serviços que foram criados nessa ocasião na cidade de São Paulo foram frutos de um grande debate que aconteceu nesta Casa com a participação de também profissionais das várias áreas e esses serviços, então, no entendimento daqueles que estão diretamente ligados ao campo da Educação para, após a regulamentação desses dois

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

serviços, criou-se uma instância através de uma portaria da Prefeitura, do Prefeito, da cidade de São Paulo que articulou esses dois serviços num núcleo de apoio e acompanhamento à aprendizagem que já foi citado aqui.

No nosso entendimento, quer dizer, essa possibilidade de um trabalho multiprofissional que está presente na proposta desse projeto de lei, a possibilidade do atendimento e do acompanhamento de crianças no seu processo de escolarização, com maior ou menor dificuldade também está sendo atendido por essa modalidade de atendimento já prevista na cidade de São Paulo.

Portanto, o projeto de lei aqui apresentado é restritivo nesse sentido, porque ele vai tratar de questões ligadas a um aspecto do processo de aprendizagem aqui denominados como dislexia ou transtorno de déficit de atenção com ou sem hiperatividade. Então esse projeto se delineia dentro de uma certa condição e uma certa interpretação das dificuldades de aprendizagem quando nós temos, hoje, propostas amplas que dão conta de todas as dificuldades de aprendizagem e que dão conta do processo de escolarização para que essas dificuldades não aconteçam.

Então a lógica é contrária exatamente à lógica proposta nesse projeto de lei, ou seja, a cidade de São Paulo já tem uma política pública; tem uma política pública que precisa ser fortalecida e reforçada pelo Poder Público; dinheiro tem de ser colcoado nessa política; profissionais e recursos humanos têm de ser alocados nessa política e é isso que desejamos. Nós todos desejamos que as crianças aprendam, se alfabetizem e possa se apropriar do conhecimento socialmente acumulado. Isso é um desejo de todos.

Do nosso ponto de vista, então, esse projeto deveria ser arquivado e nós deveríamos fortalecer, sim, as políticas públicas que temos na cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo avançou muito, quando nós vamos, como psicólogos, para o Brasil inteiro nos nossos congressos internacionais nós damos São Paulo como exemplo. São Paulo está sendo seguida por várias cidades desse país por ter criado um núcleo de acompanhamento e

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

aprendizagem. Nós, aqui, estamos negando a possiblidade da manutenção de algo que é avançar. Isso sim, é avançado, Isso, é internacionalmente avançado. O avanço não está no diagnostico, mas na aprendizagem, na escolarização e em escola de qualidade. Essa é a nossa posição. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. Felipe, do Blog Dislexia Club.

O SR. FELIPE - Boa noite a todos. Sou criador do Blog Dislexia Club, um dos principais blogs que ajudam as pessoas com dislexia, tem entorno, por mês, cinquenta a cem mil acessos por mês de mães e dislexo pedindo socorro. E peço licença aos profissionais que antes de mim, falaram, dizendo que são contra o projeto, vocês podem ter pensado, doutorado, mas vocês não a experiência de um dislexo que sofre constantemente na sala de aula. Vocês não tem experiência de um dislexo que ele sofre constantemente taxado de aluno burro, de aluno problemático, indisciplinado por professores despreparados que não sabe como ajudá-lo. Constantemente, mães vêm falar comigo: “Pipo. Socorro. Como eu faço a escola ajudar meu filho”? Este projeto é um avanço maravilhoso, que não tinha na minha época. E se hoje na Cidade de São Paulo temos alguns projetos,, então temos um problema, porque as cem mil pessoas não estão sendo assistidas projeto. Nós também somo a favor, da educação, dos professores. Somos a favor, essas pessoas, mas também, somos a favor que esses professores consigam assistir essas pessoas com dislexia para que eles não sofram como eu sofri. Nós dislexo temos voz, nós existimos,. Nós sofremos constantemente. Tentamos escrever, sofremos por não conseguir colocar as palavras que estão em nossas cabeças no papel. Sofremos. Somos taxados de burros, indisciplinados. Temos inteligência. Temos um potencial, mas os professores não sabem como nos ajudar e esse projeto é maravilhoso, um avanço que permite que dislexo não sofra o que eu sofri. Entrem na minha página do Face, vejam os comentários: mãe chorando, dislexo chorando, a experiência, vivencia deles. O quanto essa situação é sofrida. Concluindo, nobres Srs. Vereadores, vejam esse projeto com

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

muito carinho. Ele não rotula, ele ajuda. Não exclui, ele inclui. Os senhores não aprovando esse projeto, irão tirar um direito dos dislexo e das pessoas com TDH de receber ajuda. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra a Sra. Roseli Fernandes Luiz Caldas, da Associação Brasileira de Psicologia.

A SRA. ROSELI FERNANDES LUIZ CALDAS – Boa noite a todos. Quero cumprimenta-lo porque acredito que esse espaço, é muito importante para nos posicionarmos, para pensarmos juntos. Não negamos que há crianças com dificuldades na escola. não negamos. Que há crianças que tem dificuldade de comportamento, que há crianças com dificuldade na leitura escrita. Quando o senhor colocou, nobre Vereador que: então quais alternativas? Quero reiterar o que já foi citado aqui de projetos que já temos. Neste momento, onde o Poder Público tem cuidado tanto das despesas, do alto custo com tantas coisas, para que um novo projeto de lei quando já temos o NAAPA?

Eu quero ler alguns resultados de um projeto aprovado no final de 2014 e implementado em 2015. Quero colocar três objetivos desse projeto.

O primeiro artigo fala sobre fortalecer a rede de proteção social no território, que é o que nós precisamos, e que já foi falado. O segundo é “apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino e aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldades no processo de escolarização decorrentes de suas condições individuais, familiares ou sociais que impliquem em prejuízo significativo no processo de aprendizagem”.

Foi falado por várias pessoas, inclusive pelo Pipo, sobre a importância de que os professores sejam orientados, que muitos sofrem com dificuldade. E é exatamente a isso que o NAAPAs e propõe: apoio e orientação aos professores. A terceira coisa é realizar, no NAAPA, a avaliação multidisciplinar e multiprofissional. É isso que já temos. O seu projeto fala exatamente sobre isso. E quero ler rapidamente alguns resultados desse programa, mostrando números obtidos em 2015.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Houve 1.184 itinerâncias em unidades educacionais realizadas pelas equipes do NAAPA, que apoiaram e planejaram as equipes educacionais; a participação de aproximadamente 506 grupos de trabalho, com agentes educacionais e representantes da rede de proteção social – UBS, CAPS, CRAS, etc; a presença de 1623 docentes e gestores em cursos NAAPA.

Exatamente, Pipo, para prover recursos a mais, porque realmente, como a Maria Claudia bem observou, os professores estão precisando de apoio, e não de serem mais onerados com diagnósticos.

A criação de 51 grupos de trabalho das equipes do NAAPA com as equipes educacionais, para acolher situações de dificuldade, e com o objetivo de refletir e planejar coletivamente ações que possam potencializar as práticas educativas e pedagógicas.

Nosso propósito é potência, potencializar as pessoas – as crianças, os professores –, e não diagnosticar.

Outra colocação que é outro resultado: grupo de estudo como estratégia de formação teve o objetivo de refletir, discutir e aprofundar conceitos com os professores. Foram realizados encontros mensais, totalizando 140 horas – dinheiro público gasto que nós precisamos aproveitar.

Tem mais alguns, são muitos números, mas eu vou concluir.

Assessorias para as equipes do NAAPA em todas as DREs – Diretorias Regionais de Ensinos –, totalizando 64 horas de trabalho.

Para concluir, eu quero colocar que existe também uma coisa que eu acho que não foi tocada ainda aqui que é o grande interesse da indústria farmacêutica. O Brasil é o segundo país com o maior uso de Ritalina no mundo. Isso não é interesse apenas educacional, não é mesmo, Vereador?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Se isso foi uma acusação, uma

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

insinuação, eu quero dizer que o meu objetivo não é esse. Eu não estou fazendo nada para esta indústria ou aquela indústria.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Mas a senhora está falando em relação ao projeto que eu propus.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Não, não tem tudo bem. Desculpe, eu me senti ofendido.

Tem a palavra o Sr. Abram Topczewski, Neurologista da Infância, para falar a favor.

O SR. ABRAM TOPCZEWSKI – Boa noite, Srs. Vereadores, todos os presentes. Tenho a impressão de que, de tudo o que se falou aqui, há uma pequena confusão do que seja dificuldades no aprendizado e do que seja distúrbio do aprendizado. Dificuldade do aprendizado é um processo que se faz normalmente na criança ou no indivíduo que tem alguma dificuldade que vai superar com o tempo; o distúrbio do aprendizado é diferente, é um problema neurobiológico, é uma alteração que existe no sistema nervoso e que, por conta disso, o indivíduo tem essas dificuldades.

O que é dislexia? É um distúrbio neurobiológico em que o indivíduo tem dificuldade para ler, escrever e interpretar um texto. Simplesmente isso. É um quadro genético, familiar, porque, se olharmos os antecedentes, existem casos semelhantes. Se o pai ou a mãe for disléxico, a probabilidade de o filho ter dislexia é de 44%. Se por acaso os dois forem disléxicos, é de 77%. Portanto, não podemos dizer que a dislexia é um quadro inventado. Não é inventado, ele existe.

Existem outras alterações que a tecnologia nos fornece: a ressonância magnética funcional do disléxico, que é diferente do indivíduo não disléxico, então aparece uma alteração funcional importante. Também existem estudos anatomopatológicos que mostram que indivíduos portadores de dislexia têm alterações no sistema nervoso diferentes do indivíduo

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

que não tem dislexia. E já existem estudos genéticos, do Projeto Genoma, mostrando que existem cromossomos determinando a existência da dislexia.

Tem tratamento a dislexia. Sim. Mas não tem cura. E qual é o tratamento? Com a fonoaudióloga, a psicopedagoga, a psicóloga e o professor. Este tem que ser capacitado para poder receber o aluno em sala de aula e ajuda-lo, mas isso não isenta os outros profissionais de tratar o disléxico. E onde entra o médico nessa história? O médico tem seu lugar muito bem estabelecido: 30% das crianças com dislexia têm hiperatividade; 20% de crianças com dislexia é epilética; e 20% de crianças com dislexia têm enxaqueca; 70% das crianças com dislexia têm deficit de atenção. E não existe nenhum tratamento que seja paralelo que não o medicamento para resolver essas questões. Então como é que faz?

Aí estão falando da Ritalina, um monte de bobagens, e não tem nada a ver com qualquer indústria farmacêutica. A dislexia não é uma propriedade do Brasil, ela existe nos Estados Unidos, na França, na Itália, na Inglaterra, até em Israel, onde existe um alfabeto totalmente diferente do nosso; e existe na China e no Japão.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Peço que conclua, por favor.

O SR. ABRAM TOPCZEWSKI – É só fazer uma avaliação. Na verdade, o que a gente precisa? Capacitação dos professores e não estar estigmatizando ninguém; simplesmente os alunos que têm algum problema nesse sentido devem ser amparados, devem ser tratados para que possam ter um porvir melhor. Não serem simplesmente execrados da sociedade quando são indivíduos que têm o nível de inteligência de normal a acima da média.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Próximo, para falar contra, Gabriela Gramcow, da PUC de São Paulo.

A SRA. GABRIELA GRAMCOW – Boa noite a todos e todas. É importante este encontro de hoje, esta audiência pública proposta pelo Vereador, abrindo o diálogo entre os diferentes pontos de vista. Temos aqui campos de saberes com leituras muito diversas, isso

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

está posto muito explicitamente entre nós.

Eu vim compartilhar uma experiência que temos na PUC. Estamos acompanho o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem – NAAPA, da Secretaria Municipal de Educação, que não é um mero projeto, mas uma política pública implementada que opera desde 2015. Nós professores da PUC e alguns estagiários de Psicologia da PUC São Paulo, que estão presentes hoje, atuamos nessa política desde o ano passado, há 3 semestres. Há tivemos mais de 70 estagiários de Psicologia que se formaram e acompanharam o trabalho dessas equipes do NAAPA. Essa equipe é constituída, como está posto no projeto de lei, por uma equipe multiprofissional da qual fazem parte psicopedagogos, psicólogas, assistentes sociais e fonoaudiólogas. Assim, não importa em que campo de posicionamentos estamos, discutindo esse projeto de lei; estamos aqui todos nós dizendo que é necessário um trabalho interdisciplinar e multiprofissional, em parceria, para podermos cuidar dessas crianças e adolescentes que estão em sofrimento nesse cotidiano educacional. Isso é inegável, todos aqui estamos preocupados e preocupadas com isso e pensando saídas.

Concordo contigo quanto tu dizes que nós de fato não enfrentamos todas as dificuldades que temos e não temos resultados de ter atendidas 100% das crianças que estão no cotidiano da Secretaria Municipal de Educação. Eu supervisiono estágio semanalmente, tenho neste semestre duas supervisões de alunos do quarto ano de Psicologia da PUC São Paulo e também agora um pós doc na Faculdade de Educação da USP sobre a história do NAAPA, sobre o que essa política pública do cotidiano enfrenta no território das 13 Diretorias Regionais de Ensino do nosso município de São Paulo. Ela enfrenta todas as dificuldades que temos na articulação com o Sistema Único de Saúde e com o Sistema Único da Assistência Social.

Então, nossa vinda até aqui, trazendo conosco os estudantes da PUC, é para contar a vocês que é necessário que a gente invista. E que bom que a nossa Câmara Municipal está preocupada e pensando caminhos para esses estudantes. Nós também assim

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

estamos, e nos mobilizamos com as histórias de vida e com o cotidiano dos professores e educadores que são implicados no cuidado da unidade educacional, tentam construir parcerias e estão conhecendo, junto com a política do NAAPA, como fazer e como cuidar das crianças que estão com essas questões com que nós hoje aqui estamos todos preocupados.

Sim, está posto um discurso no projeto de lei, um campo que chamaria de "saber psi", a partir do qual podemos pensar o saber psicológico e o saber psiquiátrico. Temos leituras diferentes nesses dois campos – Psiquiatria e Psicologia -; mas, para além disso, nessas diferenças o que é importante, que acho que é o que os professores aqui nos apontaram, que o saber educacional deve ser legitimado e qualificado e numa relação que seja horizontal nesse encontro para pensar a solução para essas crianças. E foi isso que a gente vem aprendendo com o Naapa e é muito interessante conhecer como essas equipes vem promovendo esse diálogo nas suas diferenças, cada um sustentando os seus saberes, suas leituras, mas pensando no cotidiano, com as famílias dessas crianças, com o conselheiro tutelar quando é necessário, com a psicóloga lá do Saica, que é o serviço de acolhimento, quando a gente tem uma criança institucionalizada, no nosso município. Então, é importante. Venho aqui dizer que nós precisamos investir e fortalecer a política do Naapa, não é uma política que foi da Prefeitura anterior, mas é uma política do nosso município e queremos que ela continue, perdemos ano passado, a equipe é constituída em cada DRE, são sete profissionais, psico, pedagogo, fono e assistente social.

Ano passado nós perdemos três profissionais da equipe. Hoje ela opera, ela tinha 90 profissionais do município de São Paulo e opera em torno de 50 então a gente precisa reinvestir nela e também obviamente reinvestir no nosso SUS, qualificando as nossas UBSs, os nossos CAPs, que são belos parceiros das nossas unidades educacionais.

Há muito trabalho a ser feito, mas existem quatro cadernos que a política do Naapa construiu, que explica essa política. Há lá os números. Esses quatro cadernos tem um site, enfim, há um trabalho enorme que já foi desenvolvido e que a gente quer prosseguir a despeito

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

de quem esteja na gestão do nosso município, mas que agente continue cuidando entre nós dessas crianças que estão de fato em sofrimento. Todos nós concordamos, seja qual nome damos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Igor Casacos.

O SR. IGOR CASACOS – Boa noite a todos, obrigado, Vereador Mario Covas, pelo convite nessa audiência tão importante a meu ver, uma vez que sou físico de formação, assim como próprio Eliseu Gabriel também o é, tenho pós-graduação em economia, inclusive, todos pela USP. Desde a minha infância, sempre tive problemas referenciados à parte educacional. Eu nunca compreendi exatamente o que eu tinha. No entanto, minha mãe, médica no caso, me auxiliou bastante nesse parâmetro. Consegui me formar, tive êxitos na minha carreira profissional em diversas áreas, inclusive, atualmente também dou aula e particular também tanto de física, como de matemática, de química, geografia e história. Uma vez que minha formação permite.

Na minha família existem casos graves até disso. Minha filha tem esse problema, a minha outra filha também tem esse problema, a minha esposa também tem esse problema. Então, quando ouço algumas pessoas aqui falando de...cheguei ao ponto de ouvir algumas pessoas falando aqui este problema não existe. Isso me deixa enfurecido porque as pessoas não sabem o que é, o que significa ter o tal problema.

Quando você tem a descrição e consegue compreender o problema que aconteceu com as minhas filhas e minha esposa, a partir daí, com auxílio médico inclusive, até porque um fonoaudiólogo ajuda sem dúvida, o psicólogo ajuda, mas isso é um problema neurológico em si, então você precisa necessariamente da parte química, porque é uma deficiência da parte química que o seu organismo possui. Então, neste caso, eu posso traçar um gráfico muito, mas muito concreto da questão do antes e depois do problema diagnosticado das minhas filhas. Eu percebo isso perfeitamente, porque, quando eu vejo as minhas filhas, no início, tendo dificuldades e tentando o máximo possível, eu, como professor, ajudá-las e eu não consegui e

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

cheguei ao ponto de me doar, ao ponto de passar isso adiante...

Eu tento o auxílio médico. Ele me ajuda e eu percebo que essas minhas filhas são felizes. Hoje, existe o antes e existe o depois. Não é uma questão de estigma, de estigmatizar tal pessoa, a medicação. Não é isso. É a questão da inserção da pessoa na sociedade, que ela não tenha problemas adiante, uma vez que ela tem esse problema na infância, ela terá ao longo de sua vida. Se você não quer que essa pessoa tenha problemas mais adiante, diagnostique essa pessoa na infância. É primordial que se faça isso. É primordial. E no caso desse projeto em si, temos uma equipe multidisciplinar. Não é só a parte médica. Existe fonoaudiólogo, existe psicólogo. Enfim, uma gama completa, inclusive o professor, porque o professor é quem fica mais tempo com a criança, inclusive – seja na creche, no ensino fundamental I e fundamental II. Às vezes, a mãe e o pai que trabalham o dia inteiro, não têm esse conhecimento, porque não têm o contato direto com frequência, que tem o professor. O professor consegue perceber a possível dificuldade no aprender que tem uma criança.

Concluindo. É um testemunho vivo. Eu não estou defendendo esse ou aquele. Eu estou dando um relato pessoal. Eu não sou a pessoa que trabalhou com esse ou com aquele. Não. Eu sofro desse problema. A minha família sofre desse problema.

Portanto, esse foi o meu relato.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Próxima é a Sra. Juliana Garrido, Pedagoga, para falar contrariamente.

A SRA. JULIANA GARRIDO – Boa noite a todos.

Esta audiência é um momento importante de trocarmos ideias e acho que a contribuição que eu quero dar aqui não é tanto na perspectiva de convencermos os lados. Acho que temos posições fundamentadas de ambos os lados, mas, sim, de fazer pensar sobre certos aspectos que eu julgo importantes para questionarmos esse debate, por que ainda tem esse empuxo de forças de todos os lados.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Primeiro, quero deixar claro que estamos, sim, preocupados com o sofrimento. Eu sou pedagoga, professora alfabetizadora e mestre em saúde da criança e do adolescente pela Unicamp. Trabalho com esse tema há 15 anos, e é importante lembrar de que a professora e o psicólogo estão lidando, em longo prazo, com a criança, com o adolescente e até com o adulto pensando justamente em como atuar na perspectiva da superação do sofrimento. Então, nisso concordamos inteiramente, que queremos avançar na atenção ao sofrimento. Mas é importante colocar, também, para termos em mente todas as vezes em que entrarmos em um debate como esse, que os campos de saber e as posições, do campo da Educação do campo médico, por exemplo, estão em extrema desigualdade em termos de legitimidade. Então, a professora que está em sala de aula, tentando fazendo o trabalho dar certo e alfabetizar com atividade, e não deixar de jeito algum, que se repitam histórias como a gente está ouvindo esse relato, como é o meu caso, por exemplo, depara-se com uma dificuldade, que é já no diálogo sobre o problema, que a criança experimenta na escolarização, que tem a ver com a força do discurso médico e a fraqueza, se eu posso chamar assim, só para os senhores entenderem o contraponto que eu fazer, do discurso pedagógico, então, na educação, na escola, o que a gente quer, e eu me ponho do lado das professoras que estão trabalhando incansavelmente para isso, é que a experiência educacional e a experiência pedagógica das crianças tenham qualidade, sucesso e alegria. É tudo isso que a gente está buscando como resultado e que o senhor tem razão em dizer que a gente ainda não alcançou. A gente está buscando, mas me preocupa quando o discurso toma uma cara do lado médico em termos de palavras como genético, como uso seguro do medicamento, quando, na verdade, isso é um debate no campo médico e de pesquisa. Isso é um debate. Há posições contrárias com relação à posição da Unicamp e da Unifesp, por exemplo. Há trabalhos que a gente conhece e são públicos para consulta.

Então, chama-me atenção sempre que o parecer médico tenha mais força, no suporte à elaboração de uma lei como essa, do que o parecer técnico de áreas como a

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

educação, por exemplo, como a fonoaudiologia e como a psicologia. É importante também notar que a legislação superior a essa, à Constituição Federal e à LDB já preveem a garantia de acesso de educação de qualidade a todas as crianças, e quando a gente está falando de todas as crianças é justamente para imaginar que a gente não precisa fazer uma legislação, em separado, para crianças de um ou de outro tipo. E é importante termos isso em mente, porque o excesso da legislação também pode fazer a gente acreditar que a legislação vai garantir - como inclusive foi posto aqui - que essa iniciativa vai garantir que bons resultados sejam alcançados, mas a primeira pergunta que eu me ponho é: "Por que não dá certo hoje e vai dar certo, a partir dessa legislação, se não há previsão de financiamento maior, de reorganização dos espaços escolares e das iniciativas escolares?" Falo de uma despesa enorme no campo da Educação, em termos de qualidade do serviço, da oferta do serviço e da diminuição de crianças por sala. Isso inclusive diminuiria enormemente as experiências e os relatos que a gente escuta, das pessoas que sofrem com esse problema, porque é simples imaginar que uma professora com 17 ou 20 crianças pode fazer muito mais, e atender muito mais do que uma professora com 35 crianças, como é a relação adulto-criança na rede municipal hoje. É importante a gente pensar também que a gente vem sofrendo não de agora, mas já de muito tempo, um desmanche da rede pública de atenção. Então, o SUS está em franco desmanche. Como a gente pode imaginar que a entrada de uma nova legislação, com o conteúdo da legislação que a gente está discutindo aqui, vai transformar essa situação, a ponto de os centros de saúde, a rede de atenção possa dar esse suporte? Falo do SUS, SUAS, a Justiça, o esporte, o lazer e a Educação, que devem compor essa rede de atendimento integral à pessoa, por que ela passa imediatamente após a legislação a dar conta de um por problema que hoje ela não dá. Afinal de contas, a gente está falando da formação de professores e da qualidade da atuação de professores, porque os professores passam doze horas com as crianças todos os dias, mas os médicos que estão nas unidades, que vão passar a diagnosticar essas crianças ou dar suporte ao diagnósticos dessas crianças, também têm sua formação

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

comprometida, como bem colocou alguém aqui, que precisa ser bem diagnosticado. Então, a gente está dependendo também da formação desses profissionais.

Então, eu acho que é importante a gente pensar que essa iniciativa não tem esse poder de garantir o sucesso. Estamos todos do mesmo lado quando a gente pensa que quer educação de qualidade e garantia de atendimento humano à pessoa, para que ela não tenha mais relatos como os que a gente ouviu aqui hoje, mas a legislação não garante isso, e é isso que tem estar posto em jogo.

Estamos todos abertos para discutir como o município pode enfrentar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Wellington Ribeiro, membro da Liga de Disléxicos Criativos, para falar a favor.

O SR. WELLINGTON RIBEIRO – Boa noite, Sr. Presidente, nobre Vereador Mario Covas Neto e a todos. Inclusive tivemos um ato inaugural em dezembro, nesta Casa, nesta mesma sala, com apoio da Vereadora Janaína Lima. Então, o tema já vem trabalhado em um grupo amplo; e espero que esse debate, sobre a dislexia, continue a crescer. Eu sou um profissional da área de Saúde de formação, especialista em saúde coletiva, sou mestrando em saúde pública e também sou da educação. Eu atuo em uma universidade. Sou empreendedor e principalmente, nobre Vereador, sou disléxico e tenho TDH, mas não sou *alien*. Estou aqui. consegui superar muitos desafios, continuo a superar e continuo a temer alguns que vêm, mas eu sou favorável a toda e qualquer medida que possa beneficiar a nós, disléxicos.

Quando eu, o Pipo e o grupo de disléxicos amigos, muitas vezes atordoados, necessitaram de ajuda, resolvemos trabalhar com essa liga de disléxicos criativos, que nada mais é que um grupo de amigos, grupo de disléxicos que conseguiram concluir o nível superior, conseguiram empreender, conseguiram entrar no mercado de trabalho e querem contribuir para os novos jovens disléxicos e para os familiares. Quando a gente decidiu se engajar nessa causa da dislexia, por sermos disléxicos, a gente queria principalmente que o tema abrangesse os profissionais da Educação, os profissionais de Saúde, os disléxicos e os familiares. Como

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

alguns colocaram hoje, as falas são muito distintas.

Então, quando o profissional de Saúde, o profissional de Educação e os familiares dos disléxicos tentam buscar auxílio, as falas são desconexas. Então, a gente gostaria que a legislação respaldasse, cada vez mais, a interdisciplinaridade e que os profissionais consigam conversar com menos egocentrismo e com mais humildade, porque a causa é a dislexia e o TDH, e a causa não é profissional bandeira corporativista.

Então, eu, como disléxico, peço que os membros dos conselhos e entidades aqui enxerguem que aqueles que sofrem, padecem, muitas vezes, pela dislexia, necessitam muito do auxílio dos senhores. Eu sou muito grato à fonoaudióloga que me apoiou e cuidou de mim em muitos momentos, para que eu conseguisse concluir os estudos. Então, vejam com um olhar mais caridoso e menos corporativista, quando projetos de lei vêm para pautar esse assunto.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Ana Luíza Bacchereti de Toledo, do DRE Ipiranga, coordenadora do Cefae, para se manifestar contra

A SRA. ANA LUÍZA BACCHERETI DE TOLEDO – Boa noite. Eu sou professora e estou, neste momento, como coordenadora do Cefae, que trabalho junto com o NAAPA, sempre num trabalho conjunto nas escolas, um trabalho com os professores.

Eu acho que fica claro que não há uma divergência do que a gente quer aqui. A gente quer o atendimento dos alunos, de todos. O nosso currículo que está sendo implantado agora, estudado, fala na visão de um aluno integral. Vê o indivíduo integralmente e não em partes, e não pensando nele em pedaços. Como ele é em qualquer lugar. Como vai poder se desenvolver em qualquer lugar.

Então estou pensando nesse indivíduo. O professor tem o seu olhar. Temos as redes de proteção em que nos encontramos com Saúde, Assistência Social, o professor leva o olhar que teve na sala de aula para compor junto com essas pessoas e pensar no melhor

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

atendimento desse aluno.

O que rechaçamos é essa condição do professor fazer o diagnóstico. Ele tem o olhar dele, como o olhar dele é de pedagogo vai contribuir ao olhar dessas outras pessoas que estão acompanhando esse indivíduo. Não estamos saindo fora. Queremos contribuir, mas cada um na sua especialidade, na sua área de trabalho. É só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Tamai, da Associação Paulista de Medicina e Associação Brasileira de Psiquiatria.

O SR. SÉRGIO TAMAI – Boa noite a todos, gostaria de pontuar que muitos dos pontos principais já foram tocados, mas acho que o mérito do projeto está suscitando essa possibilidade de discussão. Por aí o projeto já tem um mérito.

Mas acredito que fundamentalmente sou favorável muito em função daquilo que é o relato das pessoas, disléxicos, TDAH, pessoas que realmente têm essas questões, vivenciam isso no dia a dia. São pessoas, pelo que pudemos ver, conseguiram superar essas questões, estão aqui. Agora, tem um dado muito importante, são pessoas que tiveram a oportunidade de ter uma assistência adequada. Foi por isso que conseguiram superar.

Sou favorável a esse projeto, quando falamos em política pública em termos do Estado estamos tentando dar, de certa maneira, o direito a todo o cidadão a ter esse suporte, esse acesso. Na área de psiquiatria há toda uma questão que se fala do estigma, do diagnóstico.

Acho que em si pode dar o nome que se quiser, a questão é que o que faz com que essas pessoas possam ser, entre aspas, discriminadas não é o fato de um médico ou psiquiatra ou outro profissional de saúde ter dado um nome. Na verdade são as alterações de comportamento, são os distúrbios de aprendizado que vão levar esse indivíduo naturalmente a ser discriminado.

Por exemplo, sabemos de vários distúrbios epidemiológicos de indivíduos que têm

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

TDAH e mesmo dislexia, são indivíduos que têm uma evasão escolar muito maior. Eles abandonam a escola muito antes justamente por causa desse problema. São indivíduos que têm uma dificuldade muito grande, são discriminados pelos outros alunos também, independentemente se é dado o diagnóstico ou não.

O problema não é o diagnóstico que estigmatiza, é a doença, a alteração de comportamento. É isso que faz com que eles sejam estigmatizados, não é o fato de um psiquiatra ou alguém dar um nome. O problema está lá e existe, queiramos ou não, está certo? Então essa questão de discriminação pelo diagnóstico e tal, isso aí de fato acho que o inverso de como foi colocado aqui.

O que eu coloco e vejo na minha área, que é a área de Psiquiatria, é assim: pessoas que têm recurso financeiro para bancar o tratamento têm um ótimo tratamento, conseguem se desenvolver e tudo mais.

Acho que a grande questão quando falamos em política pública é poder dar a chance às outras pessoas, que não têm essa condição de ter acesso a esse tratamento. Acho que é isso que temos de discutir aqui, independentemente de qualquer coisa.

Outro ponto que foi colocado com relação aos professores é: existe, na Inglaterra, que é o modelo que conheço mais, o que chamamos de prevenção primária em saúde mental. E nessa prevenção primária o papel do professor é fundamental, não para dar o diagnóstico ou fazer o tratamento, mas para sinalizar que existe alguma coisa.

Então, o professor, nesse sentido, tem esse papel fundamental: não só de sinalizar isso, mas também de ser uma fonte de *feedback*, digamos assim, se aquelas iniciativas estão sendo efetivas ou não.

O que eu gostaria de colocar é isso, basicamente. Acho que o meu tempo já deu. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Ainda há dez inscritos e já são nove horas. Vou continuar chamando, mas gostaria que de alguma forma, se nas falas anteriores

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

essas pessoas já tenham sido contempladas com o que iriam dizer, se puderem, abram mão de sua fala, *okay*? Obrigado.

Há um pedido da Vera Regina, que está com uma criança enferma e gostaria de falar agora. Por favor, então, a próxima é a Vera Regina, que vai falar contrariamente.

A SRA. VERA REGINA – Boa noite aos Vereadores, boa noite a todos, eu agradeço a deferência. Meu filho não é uma criança, mas está internado e eu preciso ir até lá.

Sou vice-presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 2ª Região, sou presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares do Conselho Regional, faço parte da Comissão de Educação do Conselho Regional de Fonoaudiologia.

Já estivemos aqui em contato com o Vereador Mario Covas e seus assessores há um tempo e fizemos um parecer técnico a respeito do Projeto de Lei do Vereador Mario Covas, onde traçamos algumas considerações. Sugerimos que esse projeto fosse revogado e que estaríamos dispostos a discutir uma nova proposição nesse sentido.

Então, eu já queria deixar isso claro e queria comentar com vocês algumas questões. Assim, eu gostaria de deixar novamente um parecer técnico do Conselho para a presidência da Comissão de Justiça, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Não, é de Administração Pública.

A SRA. VERA REGINA – Desculpe, é que estou com essa comissão na cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – É que na verdade, só reparando o seguinte, o conceito de vocês era simplesmente que ele não existisse mais, fosse arquivado, não é isso?

A SRA. VERA REGINA – Que fizéssemos uma sugestão com vocês, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Isso.

A SRA. VERA REGINA – Mas, é que existem as nossas considerações que eu acho que são interessantes. O que eu venho falar, acho que vai um pouquinho na contradireção, talvez, de algumas coisas que estão, não na contradireção, mas acrescentando

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

algumas questões aqui.

Eu vou talvez ler em alguns momentos, porque realmente estou um pouco aflita com algumas situações. Trabalho na área, sou professora universitária também, sou fonoaudióloga e trabalho na Fonoaudiologia na relação com a educação. Venho aqui trazer algumas considerações que acho que são importantes, pensando na situação do Brasil, na situação da nossa cidade e São Paulo a respeito de algumas questões que dizem respeito a nossa língua.

Eu gostaria de iniciar minha fala citando o linguista Lourenço Chacon que há mais de vinte anos estuda a relação entre oralidade e escrita, especialmente no período da aquisição da escrita. Segundo ele, se a maioria dos professores alfabetizadores tivesse uma formação e um conhecimento mais aprofundado sobre as características linguísticas de nossa língua e da complexidade das convenções ortográficas, teria melhores condições de entender os movimentos iniciais da escrita de cada educando e, com certeza, não haveria tantos casos ditos patológicos, como são rotulados hoje em dia. Porque realmente a nossa língua tem aspectos bastante complexos do ponto de vista da ortografia, da relação de oralidade e escrita.

Se entendermos que no processo de apropriação da leitura e da escrita, principalmente da escrita, são muito comuns os erros que apontam para a possibilidade de cada criança se haver com essas questões da língua, devemos acolher esses erros e procurar compreender qual lógica baseou sua escrita. Na maioria dos casos poderíamos nos surpreender com tamanha ousadia e conhecimento da escrita que eles já possuem. Por outro lado, a partir do olhar mais cuidadoso e respeitoso, poderíamos auxiliar o educando que não se apropriou de toda a complexidade das convenções ortográficas. Portanto o erro não deve ser entendido como patologia.

Eu tinha entendido que eu iria fazer uma apresentação e eu ia dar um exemplo para vocês compreenderem essa situação, mas só falando vai ficar bastante difícil. Então em outro momento a gente pode falar.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Para finalizar minha fala, gostaria de apresentar alguns dados do Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf, de 2015, em pesquisa realizada de 2001 a 2011, que apontam para o fato de que nesse período, em nosso país, a porcentagem de pessoas analfabetas decresce, porém a taxa de pessoas proficientes em leitura e escrita se mantém a mesma desde 2007.

Como podemos entender esses dados? Será que o problema do Brasil é a alfabetização ou será que é letramento? Com certeza o País precisa de mais práticas de letramento a fim de melhorar o índice de pessoas proficientes com desenvolvimento pleno em leitura e escrita. Nesse contexto, falar em dislexia como uma patologia que atinge uma população numerosa não nos parece o caminho mais adequado. Não estou dizendo que não existem pessoas que têm dislexia, porém não na quantidade que estamos propondo aqui.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas) – Muito obrigado.

O próximo é Márcio Eduardo Bergamini Vieira, Coordenador de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, e falará a favor, com restrição.

O SR. ELISEU GABRIEL – Só uma observação: é impressionante que a maioria dos a favor é de homens. Interessante isso. Os que vêm falar aqui. Os que são contra são mulheres. É só uma observação.

O SR. MÁRCIO BERGAMINI VIEIRA – Boa noite. Prometo que vou ser breve na minha apresentação.

Só quero levantar dois pontos bastante importantes. O primeiro deles é meu medo de que a gente comece, a partir de um projeto de lei desses, a tentar fazer diagnósticos na escola. Eu acho que esta discussão tem levado para esse tipo de perspectiva.

Escola é local de aprendizado, mas também é local de observação. Nossos professore precisam estar preparados para ver e ouvir seus alunos também. Então acredito que não preciso, na escola, fazer um diagnóstico, mas preciso pelo menos estar preparado

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

para ouvir meu aluno e entender que ele tem dificuldade, e essas dificuldades não necessariamente estarão relacionadas a um transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, ou a uma dislexia. Eu posso estar falando de problemas familiares, sociais, econômicos e uma série de coisas, então, eu preciso estar aberto para ter uma escuta em relação a isso. Falar sobre esse tipo de problema, sobre os transtornos relacionados à aprendizagem é fundamental e os meus professores, os indivíduos que estão ensinando as crianças precisam estar preparados para isso. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que gostaria de discutir é a questão da medicação. Eu vejo pessoas tentando fazer contrapontos muito intensos, ou sou completamente favorável, ou sou completamente radicalmente contra a questão da medicação. Vejo pessoas falando assim: não, sou contra o metilfenidato, a ritalina, mas em compensação defendo o uso de canabinoides, os derivados da maconha para tratamento de epilepsia ou de dor ou coisas do gênero. Acho que precisamos ter sempre uma postura de equilíbrio.

Vejo situações em que a gente exagera para mais ou para menos. Num determinado momento, a gente simplesmente não fala nada de medicação e as crianças que têm qualquer tipo de transtorno apanham literalmente falando da sociedade, dos seus familiares para aprender alguma coisa, e no momento seguinte estamos entupindo de remédio e isso não é legal.

O que é importante é podermos falar de equilíbrio e acho que esse projeto de lei acaba tendo um espaço muito interessante para podermos dizer que o problema existe e o que vamos fazer com ele. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Agora, só para mudar a regra, vai falar contra um homem. Alexandre Costa, professor da rede municipal de educação. E também terá a favor uma mulher.

O SR. ALEXANDRE COSTA – Boa noite a todos. Fico muito contente ao perceber que estamos preocupados com o sujeito, os nossos educandos, não importa se é uma criança

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

ou um adulto.

Acho que na fala do Pipo, do outro jovem, do pai, eu vou falar de um lugar em que fico muito tranquilo. Trabalho na educação especial, estou todos os dias nas escolas, estou todos os dias com pais que choram por causa desses dilemas. Para mim é muito tranquilo saber que o Pipo sofreu isso. E nossas crianças continuam sofrendo, não é por que são dislexos, é porque muitas vezes mexeu um pé para direita, virou autista; não fez determinada coisa, transformou-se em não sei o quê; porque não fez o desenho num modelo padrão, deve fazer isso.

O que estou provocando nessa reflexão? A meu ver, o projeto infelizmente só teve um olhar. Ele teve o olhar de determinado segmento ou de determinada visão do mundo e colocou no colo de um outro sujeito que é da educação. Então, acho que este é um espaço positivo porque outros olhares estão sendo colocados e o nobre Vereador terá a sensibilidade de também trazer essas novas vozes para dentro do projeto. É um projeto que parte sim de um olhar da saúde, dizendo o que a educação tem de fazer.

Acho que temos de pensar um pouco isso porque pelas vozes de todos, a maioria desconhece o que é a rede municipal de educação. A nossa rede é muito boa, desde 2004, temos o Cefai. Para quem não conhece, acho que muitos não sabem, chama-se Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão. Quando ele nasceu tinha a seguinte proposta: todas as crianças têm o direito a aprender, a gente não quer saber se é autista, se tem deficiência múltipla ou se é disléxico. Eles têm o direito de aprender, de sair no final do processo aprendendo, a partir dele. Não queremos modelos, padrão. Não queremos que a criança autista saia de lá aprendendo como uma criança que não é neurotipo. Então, o que queremos é que cada sujeito seja respeitado pela sua individualidade. E a rede tem isso.

Quando as nossas colegas dizem que o Naapa existe, é para observar, acompanhar cada indivíduo que tem uma dificuldade. Não está preocupado se é disléxico. Eu entro na ação do professor, porque o projeto fala em flexibilização e me espantou. A rede já é

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

isso, a rede olha para cada criança e cada criança tem um processo diferente do outro, não é porque é disléxico, é porque você é diferente do outro.

A rede hoje, e o Mario Covas sabe disso, está implantando um novo currículo da Cidade, como professor Alexandre Schneider. É um currículo que não rotula o indivíduo, ele diz: cada sujeito tem o seu tempo de aprendizagem e todo profissional tem de ser qualificado para isso. Então, nós enquanto professores na rede, temos momentos de formação. A rede.....

É um currículo que não rotula o indivíduo. Ele diz: “Cada sujeito tem o seu tempo de aprendizagem e todo profissional tem que ser qualificado para isso”. Então, nós, enquanto professores da rede, nós temos um momento de formação. A rede paga pós-graduação para os professores poderem melhor se qualificar para atender a todos. Para isso é que existem as equipes de NAAPA e Cefae, que estão nas escolas, formando professores. Nós, enquanto professores, estudamos dislexia, TDH e autismo; e respeitamos e não dizemos que não se deve usar remédio. Não vão ouvir de nenhum educador, formador, que isso não pode. O que a gente parte é: “Olhem para o sujeito. Conversem com esse indivíduo. É a partir dele que a gente vai dizer o que deve ser feito”. Quem é disléxico sabe que não há dois disléxicos iguais. Por quê? Porque a dislexia não define o indivíduo. Há outras questões que estão além dessa questão do diagnóstico. Quase que a gente não se preocupa com o diagnóstico, tanto que, nas nossas formações, a gente fala: “Professor”. Muitas vezes, o professor é autista. Eu vou falar do autista porque é o que mais na rede agora. Podem dizer: “Ah, ele não aprende porque é autista. Ele não faz tal coisa porque é autista”. O diagnóstico define o sujeito, que poderia ser o disléxico. Perguntam: “Por que ele não aprende?” Respondem: “Ah, porque ele é disléxico”. A gente fala: “Não, professora, não é por causa disso. É porque você não adaptou a atividade para ele. Professora, sabe por que ele não aprendeu? Porque você queria fazer num tempo em que não era o tempo da criança. Então, professora, vamos trabalhar direito? Vamos aprender como é o funcionamento dessa criança?”. E é dentro do processo de formação que o indivíduo também está se formando.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Então, eu estou querendo dizer que a rede está preocupada sim. A rede já faz isso, e aí, nesse sentido, eu acho que há uma questão aqui, a parceria entre Saúde e Educação, que tem que ser fortalecida, porque já está posto. Isso já acontece nos territórios. E aí, é nesse sentido, que eu convido também as outras entidades a conhecer e a identificar onde está o frágil. Fragilidades existem? Existem. Existem porque há crianças para quem eu preciso de uma fono na UBS e não há. Eu preciso de um psicólogo e não há. Então, é nesse sentido: O fortalecimento dos serviços que já existem e não mais um projeto, que, no final, vai ficar uma letra morta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra a Sra. Gláucia Peres Gonçalves, bacharel em Direito e Comércio Exterior, para falar a favor.

A SRA. GLÁUCIA PERES GONÇALVES – Boa noite a todos, inclusive ao Sr. Presidente, nobre Vereador Mario Covas Neto. Eu venho aqui ressalvar um problema que me aflige há muito. São oito anos de luta incondicional, porque eu viabilizo uma pessoa com dislexia e deficiência no seu agudo, e outra pessoa com TDH e TOD, Transtorno Opositor Desafiador. Uns dizem que é transtorno misto de depressão. Ficaram dois anos discutindo se era uma coisa ou se era outra. Bom, isso não vem ao caso, mas eu pesquisei que a inclusão vem de Salamanca, na Espanha. Lá, viabilizam as crianças. Têm salas multidisciplinares e multifuncionais. As crianças não são rótulos, mas são pessoas que precisam e necessitam do aprendizado.

Então, o que eu posso falar para os senhores é que o meu filho de 12 anos sabe nadar os quatro estilos de natação. Eu saí de um estádio de São Caetano eeu filho esqueceu a toca e os óculos e perguntou: “Professor, e agora o que eu faço?” A resposta foi: “Bom dia. Pula, faz o que você quiser. Tudo o que você fizer, você faz errado mesmo”. Fui falar com a coordenadora de Educação da Cidade. Ela me disse a seguinte frase: “O que é, mãe? Você quer um tratamento especial, diferenciado?” Eu me retirei do local, levei meu filho para outro lugar, que foi uma escola particular, e lá, como ele não era da escola, também foi dispensado.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Eu vim para o COTP, em São Paulo também, e saí. Infelizmente o que aconteceu? Também outro médico disse: “Mãe, o seu filho tem TDH. Então, você leva ele, trata ele da cabeça. Depois você volta aqui, só que ele se esqueceu de pesquisar que também o Michael Phelps também tinha TDH. Albert Einstein era disléxico. Thomas Edison foi considerado débil mental pelos professores. Então, a gente vem aqui lutando. Chega a um ponto em que ninguém mais acredita, porque eu tiro os meus filhos da escola, eu ensino de todas as formas que uma pessoa, de uma mãe pode ensinar um filho, eu ensino. O outro tem dislexia e não escuta direito do som agudo. Eu falei: “Soletra, e a gente vai aprender. Você é capaz e você vai conseguir chegar aonde você precisa”. Então assim, a flexibilização da educação é para o ensino atender à pessoa, não só porque ela seja disléxica, porque ela tenha TDH ou porque ela seja um autista ou um down. Você precisa viabilizar a criança em todas as medidas que sejam necessárias. É primordial que isso aconteça. Há hoje o adulto funcional. Ele não consegue redigir uma carta. Não há uma correção dentro do texto. Acabou, gente. O nosso ensino está em decadência, infelizmente. Eu sou mãe. Eu ensino. E se eu não tivesse cultura? Eu sentei outro dia perto de uma mãe que não sabia tabuada e estava tentando ensinar o filho. Eu sentei do lado. Eu mesma, mãe, comecei a ensinar. Então, chega a um ponto... A ritalina é considerada a droga zumbi, tanto pela Unicamp quanto pela Universidade do Canadá. Não sou eu que estou falando. E eu já tentei de tudo. Meu filho sofreu dois acidentes. Num ele quebrou o cotovelo e atingiu o nervo radial central e noutro, os pés, e hoje ele está fora do esporte, porque, se houvesse uma visão dentro do esporte, dentro da música e dentro das artes, a gente pode resgatar as crianças, salvar vidas. Entendeu? É isso que a gente precisa fazer, independente de a posição ser a favor ou ser contra, que se tome uma decisão, que se tome...

Sabe, eu estou falando como mãe, gente. (Palmas) São oito anos de luta. Eu estou em unidade de saúde. Não adianta. A escola tem que ter uma referência, uma forma diferente de viabilizar as coisas. É isso, gente.

Boa noite. Eu sou a favor ao seu projeto.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Vereador Mario Covas Neto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – A próxima oradora é a Sra. Maria Rosinete Gonçalves, Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia.

A SRA. MARIA ROSINETE GONÇALVES – Boa noite a todos. Eu falo dentro do conselho e do Núcleo de Educação e de Medicalização, que é o núcleo que a gente compõe no CRT, mas também sou psicóloga escolar. Então, atuo há 17 anos dentro de uma escola e na educação especial.

Eu colhi alguns dados da Educação. Como principal, na rede municipal de ensino, há em torno de 698 mil, quase 700 mil alunos com deficiência em classe comum. Então a pergunta é: "A rede de Educação tem ofertado qualidade de ensino às crianças brasileiras e ao público alvo da Educação Especial?" Acho que a gente já falou sobre isso. Acho que há algo a melhorar, as fragilidades, mas se a gente pensar que as pessoas ditas com dislexia e TDH, de acordo com as associações, são em torno de dez a quinze por cento, a gente aumentaria quanto esse número dentro das salas multifuncionais ou nos serviços de AE? Quanto nós precisaríamos de recurso público e financeiro para esse serviço, nessa modalidade que está colocada no projeto de lei?

Há algumas considerações que já foram ditas.

Eu vou pular essa, que é a questão do não diagnóstico na educação isso compete à Raps, Rede de Atenção Psicossocial.

Aqui, na realidade, é para pegar um artigo da lei que fala das instituições de ensino: "deverão possibilitar uma equipe multidisciplinar para a identificação, preferencialmente na sala de recursos." Isto está em desacordo com várias legislações como do Plano Municipal de Educação, Plano Nacional de Educação, do Plano Nacional de Educação Inclusiva, Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e da própria nota técnica do MEC 2014.

Então, a gente não pode pensar que uma lei pode ser implementada em desacordo

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

a outras instâncias hierárquicas superiores. Temos de levar isso em conta ao pensar esse projeto de lei. Então, se possível, como adequar tudo isso.

Sobre a questão de um artigo, inciso II, que fala sobre entrevistas dos pais das crianças, todas as crianças ao serem matriculadas. Então, nós teremos um contingente absurdo. Não sei como se teria tempo, espaço e profissionais qualificados para que isso pudesse acontecer.

Algumas perguntas: com qual qualidade ela será feita? Por quem? Sobre quais critérios éticos e técnicos? Ao que indica para assemelhar-se a uma avaliação em larga escala na infância cujos pressupostos tem sido alvo de acirradas críticas dado caráter estático, incisivo e muitas vezes decisivo na vida de crianças. Já temos muitos estudos que nos apontam que a há necessidade de diagnósticos na infância serem escritos com lápis dado caráter fluido do desenvolvimento psíquico.

Outro fator importante é o risco de falsos positivos. Portanto, esses efeitos e de pretensos cuidados e a gente entende o caráter cuidadoso do projeto, que tem essa pauta do cuidado, pode - já falou do risco da medicalização, patologização, e o amigo traz da judicialização, porque se a gente identifica e não dá conta, o público vai bater lá na Defensoria Pública pedindo esse recurso para o Município. Portanto, impactos financeiros bastante significativos.

A psicologia escolar e educacional como ciência e profissão tem construído há 40 anos um vasto campo do conhecimento na qual a chave de análise dos processos de escolarização está baseada nos fenômenos sociais de produção dos problemas do processo de escolarização e na perspectiva multideterminada e não por aportes neurológicos, biológicos, subjacentes aos indivíduos e nisso a gente tem muitos aportes teóricos: Vygotsky, Luria, Leontiev para nos dizer e compreender que mesmo a base biológica é transformada pela cultura.

Portanto, as funções psicológicas superiores estão para além somente da atenção.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Por que a gente se preocupa tanto com atenção na escola? E imaginação? Criatividade? E determinados outros todos aspectos? As funções psicológicas superiores? Se criarmos equipes de apoio para cada suposto transtorno nessa lógica da aprendizagem, a gente vai ter que pensar em um universo muito grande de aporte da Saúde dentro da Educação.

A gente não vai se debruçar nos graves problemas do sistema educacional que a gente acabou de falar aqui. Precisamos, portanto, fazer a superação pessoal não só do indivíduo, é do sistema educacional brasileiro e, no caso aqui, do sistema municipal.

Então, já foi dito do aumento e ele é expressivo. Não podemos deixar de falar dos interesses macroeconômicos e macropolíticos que atravessam e tecem o campo da educação escolar. Não dá para negar isso, é tapar o sol com a peneira. O aumento de metilfenidato consumido por crianças a partir inclusive dos três anos de idade, como tenho visto na minha prática escolar.

Portanto, porque estamos escolhendo o caminho mais danoso para nossas crianças? Essa é uma pergunta que eu faço.

Como eu disse, a gente não pode perder a dimensão social da escola na perspectiva inclusiva. Quando a gente diz perspectiva inclusiva, não é lógico e óbvio que é para todos? É disto que estamos falando: emancipadora, justa. Colocarem em AE, embora seja no campo da garantia de direitos nem sempre é ter um olhar verdadeiramente inclusivo, especialmente tratando-se de crianças com diagnósticos ali gerados e duvidosos, no caso aqui que estamos falando.

Concluindo, vou crer e vamos crer que a escola tem condições de repensar a diversidade humana e as diferentes construções e constituições subjetivas, sem que precise responsabilizar o aluno, sem que precise eleger um doente, porque, queira ou não, o diganóstico está no DSM, no Manual de Estatísticas de Doenças e Transtornos Mentais. Diagnóstico não deve ser o central nas escolas, e não é o centro no AE e, sim, as formas de superar as barreiras que se imponham pelo social, o AE organiza-se pela situação a ser

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

enfrentada.

Qual o impacto podemos causar na vida das crianças quando as nomeamos já falamos. Qual ética nos referencia, também acho que é uma questão que temos de se perguntar.

Finalizando, a psicologia nos ajuda a pensar no caráter mutável do psiquismo, já falei isso; e que tecido nos contextos de interação, nas relações que se dão na escola a partir de marcadores históricos, sociais, culturais e econômicos, portanto, valoramos as diferentes condições e formas de participar e de aprender, em detrimento de apagamento das singularidades na normatização do viés do adaptacionismo. Isso a gente refuta muita dentro do campo escolar. Nos ajuda a resgatar a complexidade, a singularidade e a potência como foi dito no ato de aprender.

Reforço, então, finalizando, o que foi dito: nós já temos uma rede de apoio e buscamos, sim, valorizá-la e, como foi dito, não perder profissionais desse rede, mas agregar profissionais dessa rede para, junto no processo escolar, dar conta daquilo que seja a transformação e a superação da educação, que é o que desejamos.

Eu queria pedir para pensar, Vereador, por favor, são materiais, não sei se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Claro, inclusive, esse envelope, se puder me passar aqui, é onde estão essas anotações estão aqui? (Pausa) Você pode me deixar também? (Pausa) Ah, mas é essa que é análise, me interessa só análise.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Se puder me mandar depois, pode, sem problemas, claro. (Pausa) Ah, por favor, vamos tirar cópia.

Próximo é a Sra. Emanuele Fischer, que é da Associação Brasileira de Dislexia, para falar a favor.

A SRA. EMANUELE FISCHER – Boa noite, na verdade, eu não sou da

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Associação, sou apenas Emanuele. Eu adoraria estar aqui como Emanuele, pedagoga, pós-graduada, doutorada, mas nada disso aconteceu na minha vida ainda. Porque eu ainda vou chegar lá. Eu tive 5 reprovações na segunda série.

Eu gostaria, realmente, de ter tido mais do que professores na segunda série, eu queria ter tido mestres que me ensinassem a escrever, porque eu não conseguia escrever faca, ao contrário, eu escrevia vaca e eu fui reprovada. Fui reprovada, reprovada, reprovada, até que a escola resolveu 'apenas' me aprovar, só que eu fui reprovada na segunda, fui reprovada na quarta, fui reprovada na sexta, na sétima, na oitava, cadê os meus mestres? Eles poderiam, enquanto faziam os projetos pedagógicos, virassem na sala da aula e dissessem: "Estamos aqui para ensinar vocês custe o que custar. Vocês vão aprender".

E era isso que eu queria: aprender. Eu queria saber ler. Quero saber escrever. Quero chegar à universidade. E quero dizer para vocês: eu cheguei na universidade, só que eu também fui reprovada, peguei DPs em Anatomia três vezes, duas vezes em fisiologia, sabe porquê? Por que eu tenho dislexia. Eu tenho. Não estou aqui pedindo para que os senhores tenham dó de mim e me aprovem. Quero fazer parte de uma sociedade. Quero chegar aqui um dia e dizer assim: eu sou mestre. Sou doutorada. Porque eu cheguei, porque eu estudei. Nos Estados Unidos e em outros países da Europa, as crianças são avaliadas de diversas maneiras, com prova, com vídeo aula. De diversas formas. Eu não sou igual a ele, não sou igual a você. Nós não somos iguais. Então porque vocês querem me avaliar apenas por prova? Se eu não consigo, Eu tenho dislexia. Eu tenho quatro irmãos com dislexia. Eu cheguei na Universidade. Não conclui ainda, mas espero concluir.

O meu filho começou a ter as mesmas dificuldades. As mesmas. Eu cheguei na Associação Brasileira de Dislexia porque eu falei assim: não é possível que eu tenha um problema e meu filho está apresentando os mesmos problemas. Eu procurei na Internet, e comecei a investigar a dislexia e comecei a entender a dislexia, então eu disse: eu quero um diagnóstico, porque sem um diagnostico as pessoas vão ficar falando que meu filho é burro

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

como eu ouvi muitas vezes que eu era burra, incapaz, que eu era preguiçosa. Eu ouvi isso durante toda minha vida. Quando eu levei meu filho na Associação de dislexia, eles avaliaram meu filho e não foi com uma prova, não foi apenas com uma fonoaudióloga. Eles coloram meu filho de frente para trás, detrás para frente. Eles avaliaram tudo, inclusive com médico. Obrigado doutor por ter explicado tão bem o que é a dislexia. O meu filho foi avaliado em todos os aspectos e estou pedindo hoje aqui, professores, que os senhores sejam mestres e que parem de rotular os alunos como burros. Não estou aqui para dizer que sou burra, mas para dizer que ainda vou chegar a se Doutora em algum aspecto da minha vida se os professores me ajudarem a chegar lá e é isso que eu quero: que os professores me ajudem a ser alguém. Ajude meu filho a ser alguém. Os senhores estão aqui hoje para fazer diferença na sociedade. Estamos falando de crianças. Crianças que estão sendo massacradas, rotuladas, dentro das escolas. Dizer que a criança em dislexia, isso não é um rótulo. É uma salvação. Porque se eu estivesse tido esse diagnóstico de dislexia, hoje o Colégio, o diagnostico do meu filho em mão, o diretor disse que é um excelente diagnóstico. Meu filho está sendo avaliado de diversas formas. Diversas. Ele está chegando lá. Eu vou voltar aqui ainda, vocês ainda vão ouvir nome Emanuele Fischer, mas volto aqui com um titulo nas mãos e é o que estou esperando dessa sala, é o que quero dessa luta. Quero outras Emanueles. Concluo dizendo para os senhores: meu filho tem dislexia, ele troca todas as letras, ele não consegue ainda a tabuada, ele está na 6ª seria, mas ele toca violino e toca muito bem. porque os dislexo eles conseguem muito mais do que possamos pensar. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) –Com a palavra a Sra. Lúcia Mazine, da Associação Palavra Criativa.

A SRA, LUCIA MAZINE – Sou fonoaudióloga, trabalho a mais de 30 de anos com linguagem, linguagem escrita e com pessoas que vem à minha Clinica com esse sofrimento que foi colocado aqui por muitos dos senhores. e pessoas que trazem o diagnostico de dislexia e contrário a alguns de vocês que foram adiante e aí até pediria que revissem,

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

atualizassem a posição dos senhores, vocês não são mais disléxicos, vocês são pessoas que superaram essa dificuldade. Aqueles que eu atendia e atendo, entendem que o rotulo do diagnostico da dislexia, os afastam da vida social. Eu queria fazer faculdade, talvez como Emanuele, falou, mas não faço, não fiz, porque sou dislexo, Eu queria ter estudado algo que fosse na questão da escrita mas vou ser fotógrafo, porque a fotografia não necessita de eu estar escrevendo, eu vou me afastar da situação da escrita. Acredito que o depoimento da Emanuele, foi muito legal porque você trás um dado que é assim: os professores não foram entendendo a sua lógica. A sua lógica da escrita. Todas as crianças que trazem uma questão de escrita que as afastam, daquilo que é a convenção da nossa escrita, elas acabam sendo rotuladas como, com problemas e crianças que não estão próximas da convenção, mas elas têm logica. O fato de você escrever “vaca” ao invés de “faca”, ela tem uma lógica e o que queremos é que os professores sejam potentes e capacitados para ajudá-las na sua lógica e que você possa aos poucos, se aproximar da convenção da escrita. Isso leva um tempo. Leva um tempo diferenciado, como você mesma disse: todos nós somos diferentes, todos nós pensamos, escrevemos, lemos e aprendemos de jeitos e de tempos diferentes. O rotulo de uma patologia ele pode afastar essa pessoa da atividade que atrai sofrimento. Estamos falando da dislexia. O rotulo da dislexia afasta essa pessoa se situações letradas, de situações em que ela vá mexer com a leitura e a escrita e ao contrário da gente pensar que um exame de neuro imagem, ele mostra a causa da questão, um exame de neuro imagem, ele mostra o resultado daquela atividade. Porque ao mesmo tempo em que temos as pesquisas que o Dr. Abrão falou, temos pesquisas que mostra uma pessoa que fala, que lê e é proficiente em português. Então ele não tem um problema de leitura, ele é um leitor fluente que entende português. Quando faço um enxame de neuro imagem com ele lendo português, ele tem certa ativação cerebral. Eu pego esse mesmo sujeito e dou um texto para ele, em outra língua, ativação cerebral será outra. porque ele desconhece aquela língua. Não é um cérebro que ficou dislexo de repente. Um cérebro de um analfabeto, ele tem a mesma ativação cerebral do que um cérebro dito de

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

dislexo. Onde vou colocar a diferença disso? Quem é o dislexo e quem é o analfabeto? Vou dizer que o analfabeto é dislexo? O que estou querendo dizer com isso, é que esses exames de imagem, são exames que veem o produto, eles não veem processo, eles não dizem da causa. Então dizer que a dislexia é uma doença neurológica, genética. Isso é uma olhar. Não é o outro.

Talvez eu seja uma das últimas falar, tivemos aqui uma gama enorme de discussão, ao senhor vereador, que tenhamos escuta para todos os lados. Que tem um olhar ampliado para essa questão, como quero e luto pelo olhar ampliado para as pessoas que têm logicas de escritas diferentes. Eu atendo esses pacientes há 30 anos e há 30 anos eu vejo logica na escrita deles. E o meu lema é: onde há logica, não há dislexia. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Sr. Francisco Soares Pereira.

O SR. FRANCISCO SOARES PEREIRA - Boa noite pessoal. Eu não vou falar bonito, professores, me desculpem se eu falar alguma coisa de vocês, obrigado, Vereador. Eu vou falar o que aconteceu comigo Eu tenho 46 anos, sempre fui tachado de burro, professores de matemática falavam que era mais fácil eu comprar um carrinho de pipoca e vender na frente da escola do que continuar meus estudos. Mas eu sempre procurei ajuda. Os professores são muito importantes na nossa vida acadêmica, desde o pré, o professor é muito importante.

O professor fica mais tempo com a gente. Eu estou muito nervoso. Professor chegava para minha mãe e falava: “Dona Maria, o seu filho não pode mais frequentar a sala de aula, porque ele já tem uma idade avançada”. Sendo que eu tinha um problema, só que eu não sabia qual era esse problema. Hoje, professoras, venho falar aqui por mim e pelo o meu filho, ele tem dois meses e sei que isso é genético. Eu sei que amanhã ele pode sofrer o que eu sofri e eu não quero isso pra ele. Os professores que vão ver ele no prezinho: “João Murilo, você tem uma dificuldade, chama seu pai e sua mãe”. Minha esposa é médica veterinária e eu estou no quarto ano de medicina veterinária, sofrendo o pão que o diabo amassou, mas eu não vou

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

desistir, porque eu sou um guerreiro.

Tenho todo o apoio dos professores, dos psicólogos, dos médicos, o que o doutor falou aqui. A dislexia é genética, gente. Meu pai tem, minha sobrinha de nove anos não sabe ler, nem escrever. Eu fico preocupado com ela.

E os professores? Desculpem-me, mas vocês têm que trabalhar junto. Se não for vocês para ensinarem a gente, quem é que vai ser? Eu frequentei várias escolas, repeti a quinta série várias vezes. Meu pai é um nordestino arretado, eu tinha vergonha de fazer prova. Eu não conseguia fazer prova. Quando eu falava prova me dava um desespero, que eu não sabia o que eu ia fazer, meu Deus. Nunca usei droga, nunca usei Ritalina. Tive um médico excelente, tenho vários médicos excelentes. Professor Leandro, psiquiatra, esqueci o nome dele, fiquei nervoso agora. Nunca usei Ritalina porque eu tenho pausa sinusal à noite e eu sei que, se eu usar a Ritalina, vai piorar. Então, eu fui atrás de que, gente? Fui atrás, de uma fono boa, de uma psicopedagoga boa, de métodos para me ajudar.

O professor é muito importante na nossa vida. É isso que eu quero dizer. Eu sou um cara sofrido. Toda hora o professor falava: “você é burro, cara”. Sabe o que eu fiz para superar isso? Escola nenhuma nunca me apoiou. Eu fui na igreja Universal de São Paulo, frequentei dois anos a igreja, sendo que eu tinha o certificado do primeiro colegial, mas eu não sabia nada. Eu morria de vergonha, trocava as letras, bagunçava tudo.

Mas aí eu falei: “Eu quero ser médico veterinário”. E aí fui para a igreja Universal, fiquei lá três anos com uma professora. Ela sempre marcava a prova para eu ir para a quinta série, só que eu já tinha o certificado do primeiro colegial e eu falava e eu tinha que sempre dar um jeito. Aí chegou uma hora que ela perguntou: “Francisco, você nunca estudou mesmo?” e respondi: “Professora, eu já estudei, eu acho que tenho dislexia, aí procurei os profissionais da área da saúde”.

Gente, vou concluir para o senhor assistir ao filme *Uma estrela no céu*, que é a minha vida. Deus ajude que o meu filho não tenha dislexia, mas como sei que isso é genético

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

já estou correndo atrás para ter um futuro melhor para ele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Francisco. Espero que a vida sorria para você.

Tem a palavra a Sra. Lucy Duró Matos Andrade Silva.

A SRA. LUCY DURÓ MATOS ANDRADE SILVA – Boa noite a todos, Vereador Mario Covas, Eliseu Gabriel.

Sou muito solidária a esse sofrimento de vocês e compreendo o que cada um trouxe aqui. Tento me colocar no lugar de vocês porque não é fácil ser excluído.

Gostaria de propor que nós deslocássemos a pergunta de "por que a criança não aprende?" para "por que o sistema educacional não é superado?" É um sistema educacional que vem adoecendo pessoas ao longo da sua existência.

O sistema educacional que temos hoje começou a existir com os jesuítas, há 400 anos, e teve poucos avanços. É um sistema que padroniza um perfil de alunos e, de alguma forma, cobra que todos estejam dentro desse perfil. Mas nós devemos ampliar o nosso olhar para o potencial humano. Como já disseram aqui, as pessoas são diferentes, cada um tem uma individualidade que tem de ser explorada. Se um aluno não aprende tem de se questionar o sistema educacional ou a complexidade do processo de escolarização que está por trás daquele não aprender; e não estigmatizar o sujeito de "burro" ou de disléxico, enfim. Digo isso porque quero acreditar que o problema das pessoas que vieram à frente se expor está para muito além de uma questão médica.

Estou fazendo uma pesquisa numa escola onde há outra proposta de escolarização, e as crianças que estudam lá são filhos de pais que ganham até três salários mínimos, portanto, são crianças de alta vulnerabilidade social. Mas lá não existe criança com dificuldade de aprendizagem porque a lógica é outra. Eles concebem o erro como parte do processo de aprendizagem. Eles concebem a criança dentro da sua complexidade. Eles

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

entendem que cada um é um. Eles não fragmentam o conhecimento. Eles não confinam crianças enfileiradas em salas, um olhando para a cabeça, para a nuca do outro, olhando para uma pessoa, lá, à frente, falando sobre um assunto descontextualizado da sua realidade. Então, eles colocam a criança para dentro. O que nós precisamos é incluir – e não excluir. Independentemente de quem esteja sofrendo, eu digo que é uma questão muito mais relacionada à exclusão.

Só para concluir, foram vendidas, em 2000, 70 mil caixas de Ritalina. Acho importante citar esse número. Em 2010, esse número aumentou para dois milhões de caixas. Existe uma preocupação muito grande. Eu faço parte de um fórum chamado "Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade" e nós fazemos um trabalho voluntário. Não tem conflito nenhum de interesse. Vocês todos estão convidados a conhecer o nosso trabalho e o que nós fazemos é tentar, de alguma forma, esclarecer a população sobre essas questões que vêm trazendo tanto sofrimento.

Esse é o meu recado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Antes de encerrar, passo a palavra para o Vereador Eliseu Gabriel, para suas considerações finais.

O SR. ELISEU GABRIEL – Bom, eu ouvi praticamente todas as pessoas falarem e vi como as coisas estão interligadas. Quer dizer, se há o sofrimento, nós temos que ir atrás de como resolver. Eu acho que o professor faz aquilo: ele tenta ajudar o aluno, custe o que custar, como falou a Emanuele. Acho que esse é o professor.

Nós temos que tomar muito cuidado com essa ideia de que a Educação é uma mercadoria, é alguma coisa para a qual se usam técnicas de mercado. Eu estou exagerando um pouco para resolver. Não é assim, gestão, etc. Não é isso. A Educação é a Educação e quem faz a Educação é o ser humano. Aliás, o ser humano só existe como produto de cultura. Ele só existe porque foi construído. Está sendo construído como humanidade. A nossa humanidade existe e ela se forma em comunhão. É assim que se forma a nossa humanidade.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

Nós existimos por causa de uma cultura. É isso que existe e essa cultura tem a capacidade de resolver os sofrimentos ou aprofundar os sofrimentos.

Se nós temos uma escola que é uma escola que pune o indivíduo o tempo inteiro – por exemplo, com provas – é claro que a pessoa se assusta. Não precisa ser nem disléxico. Pode ser qualquer coisa. A criança se assusta e vai embora.

Eu dou aula há muitos anos. Quando eu comecei a dar aula, muitos de vocês não tinham nascido – o Mario também não. Não, o Mario eu acho que tinha. Eu tive alunos sobre os quais, já há muitos anos atrás, diziam: “Não, eles têm dislexia.” É claro que eu não posso falar os nomes, mas tem um deles que hoje em dia é um grande jornalista. Foi meu aluno no antigo ginásio. É um grande jornalista e tinha dislexia. Não tomou Ritalina. Teve professor que ajudou. Teve fonoaudiólogo que ajudou. Teve alguém que cuidou dele. Teve alguém que tratou dele. É disso que se precisa. É assim que funcionam as coisas.

As coisas funcionam com humanidade, com respeito, esperando-se o tempo de cada aluno. Cada aluno tem seu tempo.

Eu tenho meu tempo, nunca me esqueço de que estava no primário – antigamente era primário - não passava de uma folha na cartilha, não conseguia passar. Tinha uma cartilha e antigamente a gente levava reguada na cabeça, ajoelhava no milho, não adiantava nada. Até que meu pai e minha mãe me ajudaram – eles não tinham grande estudo -, mas me ampararam. É desse amparo que as pessoas precisam. Amparo humano de pessoas. É disso que precisamos.

E tenho certeza que temos como vencer esses problemas das dificuldades com humanidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ELISEU GABRIEL – Com amor, é isso. Acho que o professor que é professor tem amor, gosta das pessoas, é isso que é professor.

Então por isso digo, de tantos anos que dei aula aprendi que os meus melhores

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

amigos depois que dei aula eram os piores alunos. Tornaram-se boas pessoas. Fico emocionado com isso. É isso pessoal.

Acho que temos de resolver esse conflito, estava falando aqui com o Mario, não tem cabimento a gente fazer teste para estigmatizar a pessoa. Não precisa disso. Nós sabemos, o professor que é professor sabe.

Tem o NAPA que temos de fortalecer. Temos de institucionalizar e ter orçamento para ampliar o NAPA. É isso que temos de fazer. E vamos fazer esse projeto de lei juntos essa é a solução.

Muito obrigado.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Depois de três horas de audiência pública quero agradecer imensamente a presença e participação de todos nos vários aspectos. Tenho consciência de que ninguém é dono da verdade, portanto, temos de ter a humildade de reconhecer e reavaliar.

Aqui para mim ficou muito claro nas posições expostas de que o projeto se não está certo está meio certo. Isso porque a visão daqueles que são portadores ou vivenciam algum problema nessa área colocaram-se a favor do projeto.

Por outro lado aqueles que são os educadores, os profissionais, colocaram-se de uma maneira contrária. Muito bem, já fico satisfeito se chegamos em 50% do projeto. Vamos tentar chegar nos 100%, se o caminho é esse, ótimo, vamos nesse caminho. Se o caminho for outro não há problema nenhum, como disse, ninguém é dono da verdade muito menos eu.

Agradeço a contribuição de todos. Foi isso que pedi ao Conselho de Psicologia quando esteve comigo. Infelizmente na visão do Conselho o certo é simplesmente postergar indefinidamente essa questão. E pelos relatos aqui parece que esse não é o caminho mais adequado. Pelo menos não é no meu entendimento.

Então vamos tentar achar um caminho que seja possível de conciliar. Esse é o

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 16/05/2018 16:59:59.

nosso trabalho e por isso esta audiência pública aconteceu. Agradeço sinceramente a contribuição de todos vocês.

Declaro realizada a audiência pública ao PL 03/2017.

Nada mais havendo declaro encerrada esta audiência pública.

Matéria PL 33/2017. Documento digitalizado e autenticado por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=172555.